CONJUNTURA ECONÔMICA

FGV
SETEMBRO 2011 • vol. 65 • nº 09 • R$ 12,00 • www.conjunturaeconomica.com.br
Uma publicação da Fundação Getulio Vargas editada desde 1947
ISSN 0010-5945



Carta do IBRE
Pensões por morte precisam se adaptar aos novos tempos

Ponto de Vista
Por que o menos é mais na reforma política

Entrevistas
Antonio Delfim Netto – "Quem não estiver confuso está mal informado"

Riordan Roett – "Dilma não tem poder dentro do PT. Lula é o PT"

Plano Brasil Maior
Ceticismo e decepção

ECONOMIA CRIATIVA

Uma ideia na cabeça, um mercado nas mãos
Cultivando moda • O jazz sobe a serra
O mar está pra peixe



SEGUROS: UM SETOR EM EXPANSÃO

Termômetro da economia, crescimento da atividade seguradora está intimamente relacionado ao bom desempenho dos setores produtivos

Nos últimos dez anos, cerca de 20 milhões de brasileiros deixaram a linha da miséria e passaram a fazer parte das classes C e D. A classe C, grande vedete dessa transformação, apresentou significativa expansão a partir de 2003, e atualmente já representa 55% da população, com aproximadamente 105 milhões de indivíduos.

A atividade econômica florescente estimulou a ampliação das ações empresariais, além de favorecer o surgimento de novas empresas. De olho no potencial do mercado interno, empresas de todo o mundo passaram a observar as oportunidades de investimento e atuação.

Com maior acesso a recursos e a bens de consumo, mais pessoas passaram a proteger seu patrimônio ou garantir o nível de vida de seus entes próximos. Com a economia aquecida, mais empresas buscaram garantias para novos projetos. Em decorrência desse processo, a atividade acompanhou o crescimento do País.

Entre 2007 e 2010, o setor teve um crescimento superior a 50%. De janeiro a maio de 2011, o setor de seguros no Brasil arrecadou R$ 50 bilhões em prêmios (valor pago pelos segurados), sem considerar o seguro saúde, com um crescimento de 19% sobre igual período de 2010. A expectativa é que, em 2011, o mercado brasileiro arrecade R$ 148 bilhões nesse mesmo universo.



O setor, que encerrou 2010 representando 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto), deve aumentar a sua participação para 3,8% em 2011. A expectativa é de que essa participação duplique nos próximos cinco anos, o que deixará o setor segurador brasileiro com importância proporcional à força da economia do País.

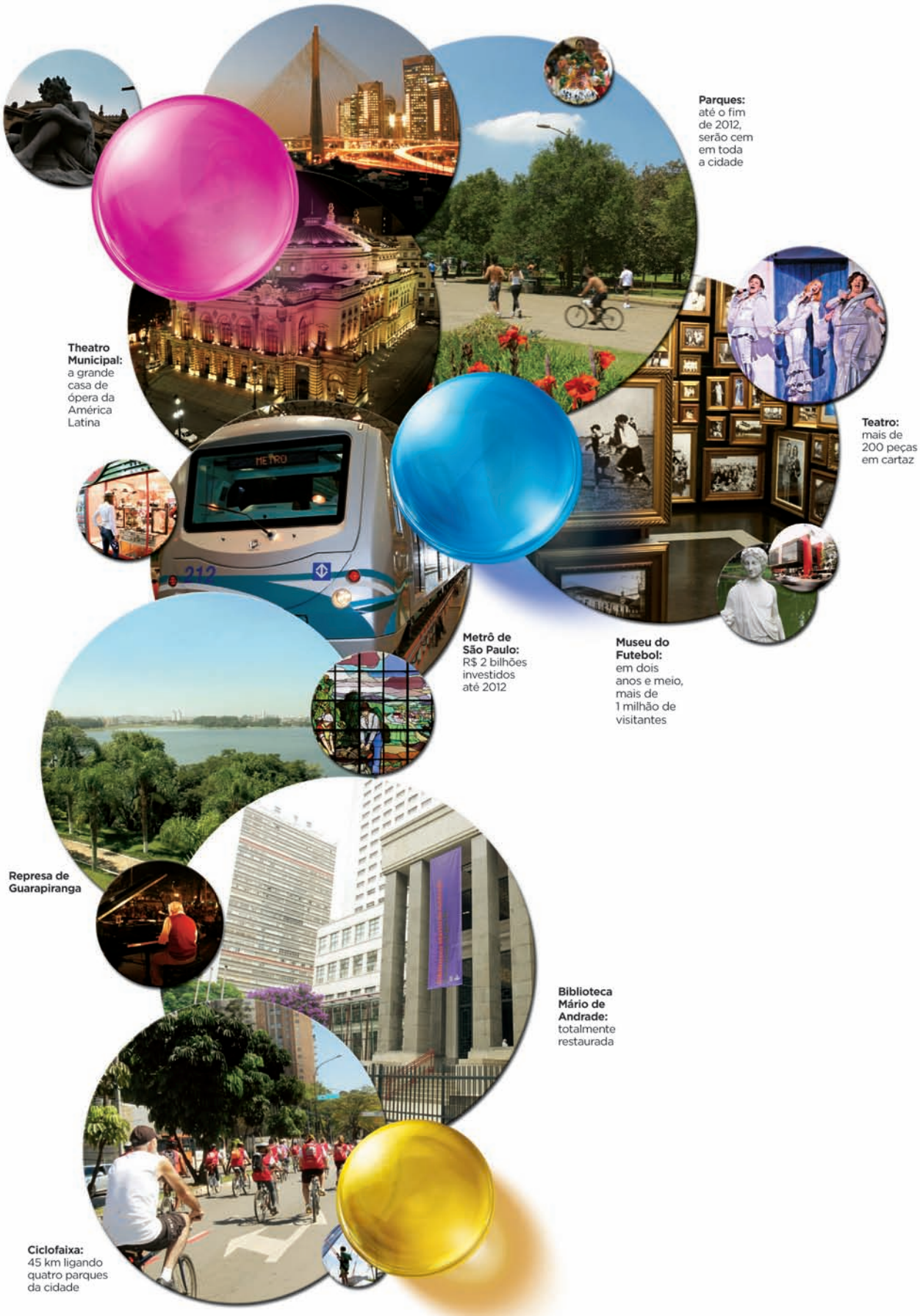
PROJEÇÃO 2011:

- **R$ 148 BILHÕES EM PRÊMIOS**
- **CRESCIMENTO DE 18% SOBRE 2010**
- **3,8% DO PIB**

29 mil empregos diretos – sem considerar os mais de 70 mil corretores

R$ 43 bilhões em retorno à sociedade em pagamentos de indenizações, remunerações e recomposição de bens

R$ 11,3 bilhões arrecadados em impostos de diversas modalidades



Fotógrafos: Caio Silveira, Dede Fredrizzi, Jefferson Pancieri, Sylvia Masini, Caio Pimenta, Fábio Góis, Alex André Diniz, Nage Gonzaga, Fernando Conti (Secom), Paulo Dias (Seme), Luiz Guadagnoli (Secom) e Ronaldo Franco. Metrô: foto de divulgação.

O QUE ESPERAR DE UMA CIDADE QUE TEM TUDO? TUDO.

São Paulo é sempre uma estreia. São Paulo se reinventa todos os dias. Novas pessoas, culturas diferentes, lugares que se multiplicam. Uma cidade que conta histórias nas ruas, nos prédios e nos parques como o da Represa de Guarapiranga, agora revitalizada. Visitar São Paulo é levar histórias de seus restaurantes, museus como o do Futebol, único do gênero no Brasil, e teatros como o Municipal, ainda mais moderno e emocionante. São Paulo acolhe quem quiser se misturar e mergulhar nesse caldeirão de atrações para todos os gostos e bolsos. São Paulo é cultura, diversão, arte, criatividade. É uma combinação de experiências que nunca se repetem. **São Paulo. Cidade criativa.**

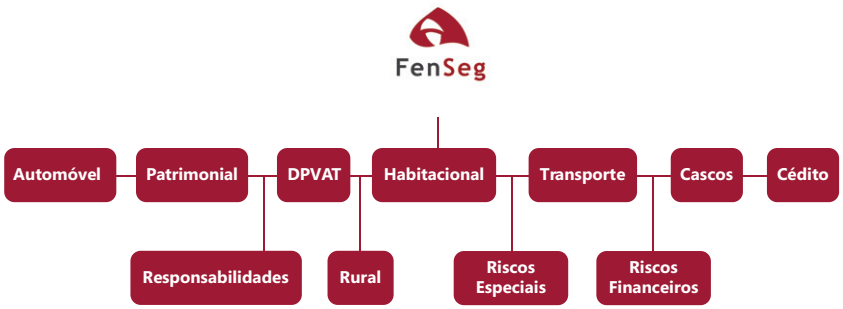
VENHA PARA SÃO PAULO.
CIDADEDESAOPAULO.COM
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS.

São Paulo turismo
www.spturis.com

PREFEITURA DE SÃO PAULO

O SETOR DE SEGUROS GERAIS E A FENSEG

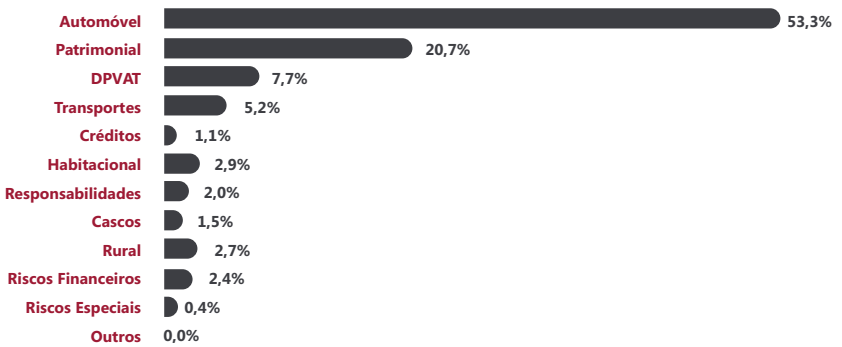
O segmento relacionado à preservação do patrimônio é o de Seguros Gerais, que possui uma série de atividades do chamado "seguros de danos": automóvel, patrimonial, DPVAT, Habitacional, Transporte, Riscos Financeiros, Crédito, Responsabilidades, Cascos, Rural e Riscos Especiais, entre outros. As empresas que atuam nesse mercado estão representadas na Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg).



Em 2010, o segmento de seguros gerais arrecadou R$ 37,7 bilhões em prêmios, superior em 14,5% ao arrecadado em 2009. O principal tipo de seguro continua sendo o de automóvel, que arrecadou R$ 20,1 bilhões, 15,3% mais que no ano anterior e representa uma participação de 53,3% no total de prêmios do setor.

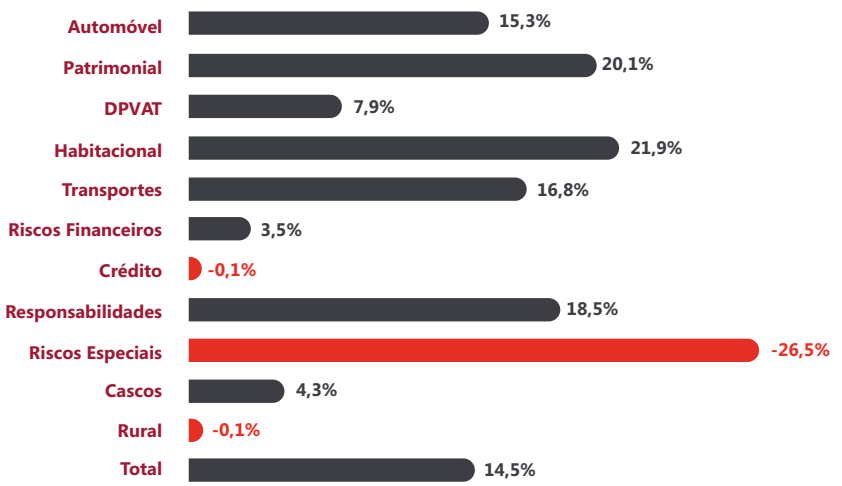
Também foi significativo o crescimento dos seguros patrimoniais, cujos prêmios atingiram o montante de R$ 7,8 bilhões, com crescimento de 20,1% sobre 2009. O grande destaque nos seguros patrimoniais foi o seguro de garantia estendida, que registrou crescimento de 90,0% em 2010, com os prêmios alcançando R$ 2,1 bilhões contra R$ 1,3 bilhão no ano anterior. Os ramos que apresentaram maior crescimento em 2010 foram: Habitacional (21,9%), que, com o aquecimento do mercado imobiliário, tem apresentado crescimento anual superior a 20% nos últimos anos; Patrimonial (20,1%) e Responsabilidades (18,5%).

Brasil



Em 2010, os principais temas de atuação da FenSeg foram: Seguro de Automóvel (com a criação do Guia de Boas Práticas), implementação de operações em ambiente de Resseguro Aberto, Seguro Habitacional, Seguro Rural e atualização das normas dos seguros de Transportes e de Responsabilidade Civil.

Crescimento (%) dos prêmios por segmento (2009-2010)



OPORTUNIDADES

As previsões de crescimento do setor segurador são otimistas com a intensificação dos investimentos voltados para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Mas nem só das grandes obras vive o setor segurador. Outros temas em destaque hoje são:

- Criação do microsseguro
- Seguro Rural, com a regulamentação do Fundo de Catástrofe
- Seguros de Responsabilidade Civil

agência3

A MAIOR REDE SOCIAL JÁ POSSUI 750 MILHÕES DE USUÁRIOS

PARA FALAR COM TANTA GENTE, VOCÊ PRECISA SE APROFUNDAR.

PÓS-MBA EM COMUNICAÇÃO E MARKETING DIGITAL

> INFORMAÇÕES

Unidade: FGV BOTAFOGO · Data de início: 22 DE OUTUBRO DE 2011 · Horário: SÁBADOS, QUINZENALMENTE, DAS 8h30 ÀS 18h10

CONHEÇA TAMBÉM O PÓS-MBA EM NEGOCIAÇÃO EMPRESARIAL.

PÓS-MBA FGV
www.fgv.br/posmba-rio

CONJUNTURA ECONÔMICA









Carta do IBRE

8 Pensões por morte precisam se adaptar aos novos tempos

O reconhecimento das uniões homoafetivas pelo Supremo Tribunal Federal coroa uma série de mudanças legais, administrativas e de mentalidade que adaptaram as instituições brasileiras às novas realidades concretas da vida social no país. Todo esse novo panorama social exige um grande ajuste institucional, e é auspicioso que este já venha ocorrendo. Mas esse é um processo que está longe de ser encerrado, como demonstra o sistema de pensões por morte no país. A consequência fiscal dessa liberalidade na concessão e cálculo desse benefício não é pequena. O Brasil gasta aproximadamente 3% do PIB nesse item, comparado com um número próximo a 1% para os países majoritariamente ricos da OCDE.

Ponto de Vista

12 Por que o menos é mais na reforma política

Qualquer mudança no sistema político só deve ser realizada a partir do momento em que análises específicas e aprofundadas das sugestões indiquem que o país vai melhorar com a sua adoção.

Entrevistas

14 Delfim Netto

O ex-ministro e ex-deputado fala a Cláudio Accioli sobre a situação da economia internacional e diz que "quem não estiver confuso está mal informado".

20 O Brasil na visão americana

O professor Riordan Roett, em entrevista a Anne R. Grant, examina o desempenho do governo Dilma Rousseff e questões econômicas do Brasil.

Especial/Economia Criativa

24 Uma ideia na cabeça, um mercado nas mãos

A economia criativa é uma tendência que vem se disseminando por várias cidades do mundo, explorando suas características específicas, diferenciadas. Atualmente, muitas estão dedicadas a estudar e viabilizar todos os elos envolvidos em produções que envolvem qualquer lastro cultural, buscando formas de diversificar e dinamizar seu crescimento. Uma tendência em que o Brasil, apesar de seu amplo potencial, revela-se atrasado, mas já apresenta sinais de vitalidade manifestados em vários lugares. Reportagem de Cláudio Accioli, Solange Monteiro, Thais Thimoteo e Kalinka Iaquinto.

Boletim Macro IBRE

48 Freio de arrumação

A análise das incertezas na economia internacional e de seus efeitos sobre o Brasil é o destaque da publicação. Texto de Cláudio Accioli.

Macroeconomia

50 A sinuca de bico americana

Fernando de Holanda Barbosa examina as dificuldades enfrentadas pelo Fed para tirar a economia americana da grande contração.

52 Viés de baixa

As opiniões dos economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (IBRE/FGV) sobre a nova política industrial do país, reunida sob o título de Plano Brasil Maior, refletem decepção e ceticismo. Segundo as nuances inerentes a cada área de avaliação, eles consideram as medidas insuficientes como vetores de recuperação da competitividade perdida, configurando, muito mais, um socorro pontual aos segmentos mais fragilizados, impactados, principalmente, pela questão cambial. Texto de Solange Monteiro e Cláudio Accioli.

Justiça

60 Pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito: informar ou proibir?

Antônio José Maristrello Porto e Lucas Thevenard Gomes discutem as implicações econômicas e jurídicas da decisão do Banco Central.

Social

62 Economia das religiões

Marcelo Neri analisa as evoluções socioeconômicas dos últimos censos demográficos que revelam mudanças na composição religiosa da população.

I Conjuntura Estatística
XX Índices Econômicos

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 2559-6000

Primeiro Presidente e Fundador
Luiz Simões Lopes

Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado), Sergio Franklin Quintella.

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho.

Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

Suplentes: Aldo Floris, Brookfield Brasil Ltda., José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Instituto Brasileiro de Economia
Diretoria: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Vice-Diretoria: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Clientes Institucionais: Rodrigo de Moura Teixeira

Superintendência de Produção de Bens Públicos: Vagner Laerte Ardeo

Superintendência de Estudos Econômicos: Marcio Lago Couto

Superintendência de Planejamento e Organização: Vasco Medina Coeli

Controladoria: Regina Célia Reis de Oliveira

CONJUNTURA ECONÔMICA

Fundador
Richard Lewinsohn

Editor-Chefe
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Editor-Executivo
Claudio Roberto Gomes Conceição

Editores
Bertholdo de Castro, Cláudio Accioli e Solange Monteiro

Repórteres
Kalinka Iaquinto e Thais Thimoteo

Editoria de arte
Ana Elisa Galvão e Marcelo Nascimento Utrine
Capa: Marcelo Nascimento Utrine
Projeto gráfico: Cintia de Sá
Foto da capa: Matthew Hertel/Getty Images/Vetta
Revisão: Mariflor Rocha
Produção gráfica: Alexandre de Castro
Fotolito e impressão: Edigráfica

Colaboram nesta edição
Anne R. Grant
Antônio José Maristrello Porto
Fernando de Holanda Barbosa
Lucas Thevenard Gomes
Marcelo Neri
Maristella Santos do Nascimento (estatísticas)

Secretaria e apoio administrativo
Rua Barão de Itambi, 60 – 2º andar
Botafogo – CEP 22231-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3799-6840 – Fax: (21) 3799-6855
conjunturaredacao@fgv.br

Conjuntura Econômica é uma revista mensal editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas, desde novembro de 1947. As opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, as da Fundação Getulio Vargas. A reprodução total ou parcial do conteúdo da revista somente será permitida com autorização expressa dos editores.

Assinaturas e renovações
conjunturaeconomica@fgv.br

Rio de Janeiro:
(21) 3799-6844

Outros estados:
08000-25-7788 ligação gratuita

Circulação
Bernardo Nunes Chefer
Tel.: (21) 3799-6848
Fax: (21) 3799-6855

Distribuição
FC Comercial e Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907
Tel.: (21) 3879-7766
Rio de Janeiro – RJ

Publicidade
Central de Negócios
(11) 3554-7399

Diretor Comercial: Fernando Monteiro
(11) 9153-7331
fernando@conjunturacomercial.com.br

Gerente de Negócios: Eleonora Oliveira
(11) 8881-3990
eleonora@conjunturacomercial.com.br

ANER
www.aner.org.br

IVC
INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

ISSN 0010-5945 Conjuntura Econômica. – Vol. 1, n. 1 (nov. 1947) -.- Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1947-v. il.; 28cm. Mensal.
Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn; Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres; Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital; Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber; Abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro; Maio 1994-set 1999, Lauro Vieira de Faria; Out. 1999-nov. 2003, Roberto Fendt; Dez. 2003-jun. 2004, Antonio Carlos Pôrto Gonçalves; Jul. 2004, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira.
ISSN 0010-5945
1. Economia — Periódicos. 2. Brasil — Condições Econômicas — Periódicos. I. Fundação Getulio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.
CDD 330.5



Claudio Conceição

Editor-Executivo
claudioconceicao@fgv.br

Conhecido pela fina ironia, humor ácido e frases de impacto, Antonio Delfim Netto, ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, foi o condutor do polêmico "milagre econômico brasileiro", com o PIB subindo a taxas superiores a 10% ao ano. Aos 83 anos, mantém intacta a sua verve com críticas sutis e certeiras. "Essa crise repete a de 1929, provando que o sistema financeiro, uma vez desimpedido e desregulado, produz os mesmos efeitos. Os banqueiros sempre voltam ao local do crime", diz em trecho da entrevista que começa na página 14.

Quais as diferenças e semelhanças entre o governo Lula e o de Dilma? Para o cientista político norte-americano Riordan Roett, a presidente Dilma Rousseff enfrenta um período de má sorte, diferente de seu antecessor. Roett defende que, durante a crise global, o estímulo que Lula imprimiu à economia brasileira foi apropriado. Mas deixou heranças. "Dilma tem agora que lidar com as consequências fiscais. A valorização da taxa de câmbio é grave e ela não tem poder dentro de seu próprio partido, o PT. Lula é o PT", avalia.

Decepção e ceticismo. Foi assim que economistas do IBRE receberam o Plano Brasil Maior lançado pelo governo como forma de impulsionar o setor industrial. A proteção a determinados setores foi consenso de que irá gerar ineficiência, e não crescimento, como a preferência de até 25% para manufaturados e serviços nacionais nas compras governamentais.

Houve, no entanto, algumas avaliações positivas, como a desoneração na folha de pagamentos para alguns setores e a preocupação com a inovação. Mas, de forma geral, o plano não foi considerado como uma política industrial estruturada e sim uma colcha de retalhos.

E o tema de capa desta edição é sobre o setor de economia criativa, ainda pouco conhecido e desenvolvido no Brasil em relação a países como Austrália, Inglaterra, Espanha, entre outros. Com grande potencial de crescimento, iniciativas nessa área esbarram na falta de financiamento, desconhecimento e inexistência de estatísticas e informações estruturadas para o setor. O I Seminário Internacional sobre Economia Criativa: novas perspectivas, que estamos realizando nos dias 20 e 21 deste mês, vai mostrar as experiências de alguns países e as lições que poderemos tirar disso.

Pensões por morte precisam se adaptar aos novos tempos

O reconhecimento das uniões homoafetivas pelo Supremo Tribunal Federal, em maio deste ano, foi um marco na evolução das relações familiares no Brasil. Para quem conheceu o país de instituições moralistas e tradicionais de meados do século passado, ainda pautado em seus costumes e leis pela doutrina católica, a rapidez das mudanças nesse terreno deve parecer surpreendente. Hoje, o Brasil alinha-se em termos institucionais com os países mais avançados e liberais do mundo.

O reconhecimento da união homoafetiva coroa, de certa forma, uma série de mudanças legais, administrativas e de mentalidade que adaptaram as instituições brasileiras às novas realidades concretas da vida social no país. Não é preciso nenhuma investigação mais aprofundada para se perceber que a organização familiar mudou profundamente nas últimas décadas.

A estrutura patriarcal, com casamentos indissolúveis, deu lugar a uma grande diversidade de arranjos familiares. Hoje, são comuns lares de casais que já passaram por dois ou mais casamentos, e em que filhos não biológicos convivem com novos parceiros de um dos seus pais. Da mesma forma, muitas crianças são criadas por famílias monoparentais, e há também, é claro, os casais homoafetivos, às vezes até com filhos de uniões heterossexuais anteriores ou adotados.

Todo esse novo panorama social exige um grande ajuste institucional, e é auspicioso que este já venha ocorrendo, como fica claro na decisão do Supremo sobre as uniões homoafetivas. Mas esse é um processo que está longe de ser encerrado. Como é um pouco típico no Brasil, os avanços na concessão de direitos que atendam às novas configurações sociais correm na frente da revisão de benefícios e sistemas de seguro que já não fazem mais sentido.

Pensões

Um exemplo típico desse modelo nacional é o sistema de pensões por morte no país.

Como se sabe, ele é de uma generosidade ímpar quando comparado à maior parte das nações. Na grande maioria dos países, a pensão por morte exige um período contributivo mínimo, e o mesmo se aplica em relação à duração do casamento ou da união. São bastante comuns também as restrições para pensionistas mais jovens, normalmente com menos de 45 anos.

Outra característica típica de sistemas de pensão por morte mundo afora é que haja uma redução do valor do benefício caso o(a) pensionista seja beneficiário(a) de outros programas previdenciários ou sociais, ou na hipótese de que trabalhe. E existem ainda as restrições à acumulação de aposentadoria e pensão. Finalmente, a pensão é descontinuada em caso de novo casamento.

No Brasil, não se registra nenhuma dessas limitações. Em nenhum caso o benefício se reduz, mesmo se o pensionista trabalhar ou for beneficiário de outros programas. Novos casamentos não eliminam a pensão, e não há quaisquer restrições a pensionistas jovens. A taxa de reposição no INSS (Previdência do setor privado) é sempre de 100% da renda do cônjuge falecido, independentemente do número de pensionistas e de outras rendas.

A consequência fiscal dessa liberalidade na concessão e cálculo dos benefícios da pensão por morte não é pequena. O Brasil gasta aproximadamente 3% do PIB nesse item, comparado com um número próximo a 1% para os países majoritariamente ricos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Mas o problema das pensões por morte no Brasil não deve ser analisado puramente a partir dos seus aspectos contábeis. É preciso colocar a questão no âmbito mais amplo das relações sociais, do contexto histórico e da natureza dos benefícios previdenciários, que devem ter um caráter de seguro.

As pensões por morte dos militares remontam à Guerra do Paraguai. É fácil entender que, no contexto socioeconômico do século XIX, quando as mulheres não trabalhavam e a dependência da esposa em relação ao marido era enorme, a pensão era um seguro social indispensável. Para viúvas e filhos de soldados perecidos no conflito com o país vizinho, a morte do chefe de família poderia ser uma catástrofe econômica e social na ausência de um benefício pecuniário. Também é fácil perceber a origem da pensão para filhas (que se prolonga pela vida adulta): sem um dote ou algum tipo de renda, a mulher jovem teria grande dificuldade de casar-se e integrar uma unidade familiar autossustentável em uma sociedade patriarcal onde o trabalho feminino era raríssimo.

O reconhecimento da união homoafetiva coroa uma série de mudanças legais, administrativas e de mentalidade que adaptaram as instituições brasileiras às novas realidades concretas da vida social no país

Na primeira metade do século XX, os esquemas previdenciários para a população civil começaram a se massificar no Brasil, com as chamadas "caixas" de categorias organizadas, como industriários, comerciá-

rios etc. Apenas nos anos 1960 haveria a unificação da Previdência civil brasileira.

Em termos de relações familiares, porém, não se avançara muito, na primeira metade do século passado, em relação ao final do século anterior. Assim, características do nosso atual sistema de pensão por morte, como a ausência de qualquer restrição quanto ao acúmulo de outros benefícios e rendas, ganham mais sentido quando se pensa na época em que surgiram. Na verdade, esses limites seriam precauções quase desnecessárias, considerando-se que não havia divórcio nem casamentos sucessivos, e a participação da mulher no mercado de trabalho (com a possibilidade de ganho de outras rendas) ainda era pequena.

Mesclada com a legítima expansão do Estado de bem-estar social brasileiro, há uma série de distorções que não têm nenhum impacto progressivo na distribuição de renda, alguns dos benefícios concedidos nas pensões por morte são um dos exemplos mais claros desse tipo de situação

O Brasil, porém, mudou. No ambiente socioeconômico contemporâneo, uma jovem viúva não terá nenhuma dificuldade maior para se recolocar no mercado de trabalho, caso dele tenha se ausentado em função do casamento. Da mesma forma, a filha de um militar falecido, ao contrário do que ocorria no século XIX, não sofrerá nenhum risco econômico maior do que o de qualquer outro brasileiro com as mesmas características socioeducacionais. Toda uma estrutura institucional que se justificava como seguro social, do final do século XIX à primeira metade do século XX, já não faz tanto sentido.

Indagação

Num momento em que o governo se dispõe a apertar a política fiscal para criar condições para uma convergência mais rápida dos juros em direção aos níveis internacionais, uma boa pergunta é por que não atacar justamente os gastos mais evidentemente excessivos e injustificados, que perderam a sua razão de ser histórica, como alguns dos benefícios concedidos no programa de pensões por morte.

Na verdade, esse tema entrou no radar da equipe econômica da presidente Dilma Rousseff, como noticiado recentemente na grande imprensa. Num segundo momento, porém, confrontado com a esperada oposição das centrais sindicais e a pouca simpatia da opinião pública por qualquer política de restrição de direitos sociais, o governo aparentemente decidiu deixar de lado a reforma das pensões. A alternativa foi centrar fogo na regulamentação da Previdência complementar para os servidores públicos.

É compreensível que o governo hesite antes de embarcar em uma reforma como a das pensões por morte. Como aborda-

do anteriormente em diversas *Cartas do IBRE*, a extensão de direitos parece ter sido a tônica da política social de sucessivos governos desde a redemocratização. Boa parte dessas iniciativas é defensável, como no caso dos aumentos reais do salário mínimo e — mais ainda — da criação e da expansão do Bolsa Família.

Há, porém, mesclada com a legítima expansão do Estado de bem-estar social brasileiro, uma série de distorções que não têm nenhum impacto progressivo na distribuição de renda, nem se justificam como seguro social. Alguns dos benefícios concedidos nas pensões por morte são um dos exemplos mais claros desse tipo de situação. Ainda assim, não é difícil misturar os programas injustificáveis na arquitetura geral da expansão de direitos que marcou as últimas décadas da história brasileira — dessa forma, a parte espúria traveste-se do mesmo discurso de justiça social que embasa os demais benefícios. E o governo, por outro lado, encontra grande dificuldade em racionalizar a política previdenciária e social como um todo.

O desafio, portanto, é de comunicação com o público e de convencimento da sociedade. Uma possível linha de argumentação é justamente a de destacar a necessidade de continuamente adaptar as instituições brasileiras às mudanças que ocorrem na realidade do tecido social.

Um fato que deveria ser de mais amplo conhecimento público é a agilidade e a rapidez com que o nosso sistema previdenciário reconhece e incorpora as mudanças sociais e familiares. Assim, hoje, para efeito de aposentadorias e pensões, filhos naturais, relações estáveis fora do casamento (bigamia) e parceiros homoafetivos já estão contemplados no direito previdenciário. É importante notar que, no caso dos homossexuais, isso precede de mais de uma década a histórica decisão recente do Supremo.

Essa mesma celeridade que a Previdência exibe, justificadamente, para reconhecer as novas relações socioafetivas e familiares no Brasil também deveria se aplicar para a sustação de benefícios que já não fazem sentido na sociedade contemporânea. Assim, os governantes deveriam enfatizar junto ao grande público a necessidade de que a adaptação contínua das instituições seja feita de forma integral.

Para que se reconheçam novos direitos e necessidades, é fundamental também que se abra mão de benefícios cuja justificação como seguro social deixou de existir

Para que se reconheçam novos direitos e necessidades, é fundamental também que se abra mão de benefícios cuja justificação como seguro social deixou de existir. Essa é uma mensagem relativamente simples e coerente, que o governo poderia usar na tentativa de remover os excessos obsoletos, caros e desnecessários do sistema de pensão por morte.

Por que o menos é mais na reforma política

A maior parte das pessoas que gosta de debater os grandes temas nacionais já deve ter se deparado com aquela situação em que o interlocutor, subitamente, seja qual for o assunto em pauta, respira fundo, e com voz grave e olhar de quem fita o horizonte, dispara: "Mas nada será resolvido neste país enquanto não houver uma grande reforma política".

Essa afirmação faz sentido, dado o desfile diário, pelos meios de comunicação, das inadequações, distorções e vilanias do nosso sistema político. Da bizarra pletora de partidos aos parlamentares folclóricos, e passando pelos inumeráveis casos de corrupção, fica evidente que há algo de profundamente errado na política brasileira. Assim, afirma-se, sem resolver esse mal de raiz, nada jamais será devidamente acertado no país.

Mas essa convicção do senso comum merece ser analisada mais a fundo. Para começar, um rápido exame do funcionamento da política na grande maioria dos países do mundo revelará que, como no Brasil, o que não falta é corrupção, populismo, disfuncionalidade e falta de foco nos problemas reais. Está aí mesmo para prová-lo a nação mais poderosa do mundo, onde, há pouco tempo, por um triz não se chegou ao calote da dívida pública, não por falta de dinheiro ou crédito, mas pela briga política entre os dois grandes partidos.

Dessa forma, qualquer mudança no sistema político brasileiro só deve ser realizada a partir do momento em que análises específicas e aprofundadas das sugestões indiquem que o país vai melhorar com a sua adoção.

Uma proposta muito comum é a do sistema misto com lista fechada. Acredita-se que a lista fechada, com financiamento público integral (hoje, ele já é em grande parte público) irá reduzir a corrupção. Mas não se apresentam as evidências de que haja de fato relação entre menor corrupção e o sistema misto.



Assim, a impressão é de que o único argumento para a sua adoção é de que ele prevalece em diversos países ricos. Mas, novamente, não se encontram as evidências de que, por exemplo, o nível de riqueza da Alemanha esteja ligado ao seu sistema eleitoral. Na verdade, a Alemanha tem um nível muito alto de renda *per capita*, relativamente aos demais países, desde meados do século XIX. Nesse período, o país (e o conjunto de Estados que o precedeu) teve inúmeros arranjos políticos.

Outro detalhe ausente da defesa do sistema misto é o de como impedir que, com a lista fechada, não migre para a etapa das prévias partidárias (necessárias para definir a lista) o alegado nível excepcionalmente elevado de corrupção do nosso sistema com lista aberta.

Por outro lado, se for adotado o sistema misto com compensação, no qual o princípio

da proporcionalidade das bancadas ao total de votos na legenda partidária é mantido, não haverá redução da fragmentação partidária – justamente um dos atrativos apontados pelos defensores do sistema misto.

O sistema distrital puro com distritos de um único candidato (uninominal) tem pelo menos dois enormes problemas. E seus defensores nunca explicam direito como pretendem minorá-los.

A primeira dificuldade é o déficit de representação. Como é bem sabido, no sistema distrital puro minorias expressivas da sociedade, que estejam bem distribuídas em todas as regiões, sem se concentrar em uma ou algumas delas, não conseguem eleger sequer um candidato. O segundo risco do sistema distrital puro é o de que pequenas maiorias episódicas atinjam maioria qualificada no parlamento, com poder de alterar em curto espaço de tempo, e de maneira radical, as instituições. Abre-se a porteira para que líderes ao estilo de Hugo Chávez, à direita e à esquerda, proliferem e tenham sucesso.

Uma série de estudos da ciência política brasileira mais recente mostra que há, por menos que este seja o senso comum, funcionalidade no atual sistema político nacional. Se isso parece duvidoso, uma rápida percorrida com o olhar pelos nossos vizinhos latino-americanos serviria para nos convencer que não estamos tão mal na foto.

Assim, mudanças no sistema político devem ser incrementais, respeitando ao máximo as instituições existentes, e evitando a ideia da "mãe de todas as reformas" sem a qual nada pode ser feito no país. Algumas boas ideias, numa agenda limitada e cautelosa, seriam a criminalização do caixa dois e a proibição de contribuições eleitorais, e políticas em geral, de pessoas jurídicas.

No famoso romance *O Leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, o personagem Tancredi, príncipe de Falconeri, pronuncia a célebre fórmula de que "para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude". O contexto da obra é o Risorgimento, a unificação italiana, e a frase refere-se ao temor da nobreza em relação à possibilidade de que o movimento triunfasse sob a égide da implantação de uma República.

Mudanças radicais muitas vezes produzem tamanha quantidade de consequências inesperadas que levam a um estado de confusão e pouca visibilidade propício a que velhas forças e antigos vícios continuem a vicejar

Mudanças radicais, de fato, muitas vezes produzem tamanha quantidade de consequências inesperadas que levam a um estado de confusão e pouca visibilidade propício a que velhas forças e antigos vícios continuem a vicejar. Já uma mudança pequena, mas bem pensada, pode de fato trazer evolução e aprimorar as instituições. Assim, invertendo os termos do príncipe de Falconeri, é possível dizer que uma pequena reforma política manteria quase tudo, mas mudaria o fundamental.

"Quem não estiver confuso está mal informado"



Delfim Netto

Ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura

Cláudio Accioli, de São Paulo

Houve um tempo no Brasil em que o cargo de ministro da Fazenda era quase tão importante quanto o de presidente da República, dada a autonomia concedida ao seu ocupante, cuja imagem frequentemente se confundia com a da própria política econômica adotada pelo país. Conhecido pela fina ironia, humor ácido e frases de impacto, Antonio Delfim Netto talvez seja um dos maiores expoentes dessa época. Ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, ele foi o artífice do polêmico "milagre econômico", período em que o PIB cresceu a taxas superiores a 10% ao ano. Foi também ministro da Agricultura e do Planejamento, embaixador do Brasil na França e, por cinco mandatos consecutivos, deputado federal por São Paulo. Nesta entrevista, Delfim traça um panorama abrangente da economia mundial e mostra que, aos 83 anos, revisitou conceitos, mas manteve intacta a verve que sempre o distinguiu: "Quem não estiver confuso está mal informado". (leia a entrevista na íntegra em www.conjunturaeconomica.com.br)

***Conjuntura Econômica* — Como o senhor analisa as transformações que vêm ocorrendo na economia mundial?**

Delfim Netto — Em primeiro lugar, é preciso dizer que quem não estiver confuso está mal informado. Todos nós temos hoje uma dificuldade de entender como foi possível chegar a esse ponto. Seguramente, o que vai sair do outro lado é um mundo diferente, mas que continuará no caminho que o homem vem seguindo desde que saiu da África, há 150 mil anos, de procurar um sistema de organização social que lhe assegure três condições: uma certa eficácia produtiva; independência e autonomia cada vez maiores; e uma relativa igualdade. Os dois primeiros objetivos foram construídos ao longo do tempo, num processo de seleção quase biológica. A esses elementos, o Estado tentou acrescentar a igualdade, arbitrando um processo que vem se desenvolvendo principalmente após a Revolução Industrial, com a adoção de políticas sociais. Mas trata-se de um processo altamente competitivo, uma corrida que, para ser honesta, deve permitir que todos se alinhem no mesmo ponto de partida, não importa se você nasceu na suíte presidencial do Waldorf Astoria ou foi fabricado na Lapa. É um processo civilizatório, de justiça dentro do capitalismo. E avançamos muito nessa direção. Hoje, eu vejo críticas de que a atual crise é consequência do *welfare state*. Coisa nenhuma. Essa crise que está aí resulta de governos incompetentes, míopes, e de uma disfunção do sistema financeiro, que em vez de servir ao setor real acaba servindo-se dele. Os derivativos podem estimular uma melhoria de funcionamento do sistema, mas também podem se tornar armas de destruição em massa, porque os bancos centrais — na verdade, os governos — não conseguiram entender aonde

Foto: divulgação

eles iriam nos levar. A crise atual não teria se instalado se o Fed (Federal Reserve, banco central americano), o Banco Central da Inglaterra e o BC europeu soubessem o que estavam fazendo. Deixar quebrar o Lehman Brothers do jeito que deixaram mostrou como eles eram absolutamente míopes, estavam surfando no mundo que produziram. As inovações não são más; elas foram mal usadas. Isso tende a mudar.

Qual o caminho mais curto para essa mudança?

Qual é a grande dificuldade? É que o setor financeiro deu um passo avante. Agora, ele não só se apropriou do setor real, mas também das instituições políticas. Alguém tem dúvida de que o Fed pertence ao sistema financeiro americano? A Lei Dodd-Frank é a maior prova de que eles são donos do Congresso. Conseguiram produzir um documento com 2.200 páginas, que cria 140 novas instituições. Ou seja, é aquele tipo de solução do "mudar tudo para deixar tudo como está". Essa crise é uma repetição da crise de 1929, o que mostra claramente que o sistema financeiro, uma vez desimpedido e desregulado, produz sempre os mesmos efeitos. Eu costumo brincar dizendo que os banqueiros sempre voltam ao local do crime. É visível que o sistema financeiro e bancário precisava ser salvo, mas não é visível que os acionistas dos administradores desse sistema deveriam ser salvos. Por que a coisa não funciona nos Estados Unidos? Porque o presidente Obama perdeu a credibilidade. Assessorado pela academia, que é simbioticamente ligada ao mercado, protegeu Wall Street e esqueceu-se da Main Street. Qual foi o custo dessa brincadeira? Todos os acionistas perderam alguma coisa, os administradores saíram riquíssimos e o resultado final são 25 milhões de americanos desempregados ou semiempregados. Ou seja, os trabalhadores honestos pagaram o preço do sistema financeiro desonesto. Essas coisas terão que mudar. Não por conta da legislação que aí está, mas porque as duas grandes instituições que mantêm o sistema capitalista, o mercado e a urna, vão se equilibrar: quando o mercado produz muita distorção, a urna corrige; quando a urna produz muita distorção, o mercado penaliza. Esse jogo dialético vai continuar, e o que sairá do outro lado é uma economia de mercado, que eu chamaria de capitalista, provavelmente melhor do que a que temos hoje. É um processo civilizatório para o qual não apareceu alternativa mais interessante. Lentamente, estamos caminhando para instituições em que a cooperação, o altruísmo e as preocupações com o meio ambiente são maiores, enquanto a restrição ao crescimento é um pouco mais aguda, porque pela primeira vez se tem consciência de que não cabem na Terra dez bilhões de pessoas com renda *per capita* de US$ 20 mil. Há que se acomodar isso da melhor maneira possível.

No caso da Europa, os bancos centrais de alguns países socorreram instituições financeiras locais em dificuldades. Porém, como esses riscos são automaticamente assumidos pelo BC europeu, todo o sistema fica ameaçado. Diante desse quadro, qual o futuro do euro?

O euro tem uma importância muito grande: é uma decisão política de estabelecer a paz em um continente com tradição de mil anos de guerra. Seu valor civilizatório é uma coisa extraordinária. E por que a Europa está desse jeito? Porque a Comunidade Econômica Europeia foi vítima de um autoengano, ao estabelecer que nenhum país poderia ter mais do que 3% do PIB de déficit fiscal nem uma dívida interna maior do que 60% do PIB. O próprio mercado e as instituições financeiras, com a conivência dos governos, se enganaram. Quando a agência de *rating* dizia que o papel grego valia AA, ou quando um agente ajudava o governo grego a mistificar os dados financeiros com truques contábeis, ninguém criticava nada. A Europa tem um problema sério: ela não é uma área monetária ótima, porque suas políticas fiscais são contraditórias. Nem os Estados

As duas grandes instituições que mantêm o sistema capitalista, o mercado e a urna, vão se equilibrar: quando o mercado produz muita distorção, a urna corrige; quando a urna produz muita distorção, o mercado penaliza

Unidos são, porque lá os estados têm capacidades de endividamento diferentes. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi um instrumento importante para produzir uma área monetária ótima. Mas, na Europa, mesmo os países mais virtuosos não deixaram de fazer alguma patifaria. Agora, porém, certamente eles estão sentados à mesa, olhando uns para os outros e dizendo: vale a pena conservar o euro? Na minha opinião, vai demorar um pouco, mas haverá um aperfeiçoamento institucional e a conta será paga. Novamente, existem o mercado e a urna. Nos próximos 12 ou 14 meses, haverá eleições em 24 países. Não adianta agora chegar para o grego e dizer: "você comeu demais", simplesmente porque não há como "descomer". É impossível voltar atrás. O único instrumento para se produzir superávit é o crescimento, mesmo que seja baixo. Não se resolvem essas questões produzindo depressões ou recessões nesses países, mas sim encontrando mecanismos capazes de assegurar a cada um deles um mínimo de crescimento. E também terá que haver perdão de dívidas. Não tem jeito. Levará um pouco de tempo, porque é preciso reforçar o capital dos bancos para que eles possam absorver esses novos prejuízos. Na verdade, prejuízos que nem serão deles, mas sim dos pobres-diabos que acreditaram nas agências de risco e compraram pacotes que escondiam *junk bonds* vendidos como papéis de primeira linha.

Essa crise é uma repetição da crise de 1929, o que mostra claramente que o sistema financeiro, uma vez desimpedido e desregulado, produz sempre os mesmos efeitos. Eu costumo brincar dizendo que os banqueiros sempre voltam ao local do crime

Os Estados Unidos também atravessam graves problemas fiscais. A seu juízo, tal situação representa uma ameaça aos credores deles ou os títulos do Tesouro americano continuam a ser a melhor proteção para os investidores?

Esse é um tema que mostra como as agências de risco não valem coisa nenhuma. Quando a Standard & Poors tirou um "A" dos Estados Unidos, houve uma corrida para os papéis americanos. Ou seja, onde é que as pessoas estão procurando defesa? Os Estados Unidos colocam por semana US$ 250 bilhões a US$ 300 bilhões em papéis de 30 dias, um ano, dois, sete, dez, 30 anos. Todos os papéis americanos continuaram a ser colocados, e a taxas de juros menores. Ou seja, quem perdeu credibilidade foram as agências, não os Estados Unidos. E por que o sistema americano não está funcionando? As famílias estão consumindo menos porque estão usando seus recursos para pagar dívidas e não têm certeza se terão emprego. Os empresários têm em caixa US$ 2 trilhões e não investem porque não têm expectativa de que haverá demanda. Os bancos têm US$ 1,5 trilhão de excesso de reservas e não emprestam porque têm dúvidas sobre os outros bancos. Então, o que acontece? A economia vive de expectativas. Como ninguém tem confiança, todos procuram ficar líquidos, e morrem afogados na liquidez. Se vencer a eleição de 2012, Obama tende a conquistar maioria na Câmara e no Senado e, nessas condições, implementar seu programa, certo ou errado. Se for eleito um republicano, na minha opinião, seria uma pequena tragédia, que pode se transformar em uma grande tragédia, pois eles estão em um processo ideológico que é a coisa mais retrógrada do mundo. Mas creio que há uma lógica invisível operando por trás de tudo. As pessoas estão se divertindo um pouco com o Obama, para fazê-lo pagar pelos equívocos que cometeu. Ele fez tudo o que o livro mandava: aumentou a liquidez, deu dinheiro aos estados para obras públicas etc. E por que não deu certo? Porque você pode levar o burro até a fonte, mas não pode obrigá-lo a beber água. Obama criou todas as condições para o sistema funcionar, mas não conseguiu cooptar o setor privado, ao qual dispensou um tratamento muito duro no início do seu governo. E a sociedade rejeitou. Mas os Estados Unidos têm as duas condições necessárias e suficientes para o crescimento econômico: inovação e crédito. Eles vão voltar a crescer mais rapidamente

e já ajustados ao mundo novo, dando mais ênfase à energia renovável e liquidando uma parte da sua dependência externa.

O senhor citou as eleições como remédio para corrigir distorções econômicas. Mas é justamente um país sem muita simpatia pelas urnas e até há pouco tempo distante do capitalismo que vem provocando uma revolução na economia mundial. Como decifrar o enigma da China?

Não tem enigma. A China na verdade é uma projeção dos Estados Unidos, fruto de um ato político estratégico americano. Quando Mao Tsé-Tung e Stalin se desentenderam e a China se afastou da Rússia, os Estados Unidos aproveitaram o momento para dar à China uma grande chance: "abra zonas especiais que eu levo meu capital e abro o meu mercado para você". Para que se tenha uma ideia dessa simbiose que se criou entre os dois países, atualmente de 35% a 40% das exportações chinesas são provenientes de empresas americanas instaladas na China. Por que o Congresso americano nunca declarou que a China não é uma economia de mercado? Porque ele seria obrigado a fazer uma tarifa geral equivalente à valorização do yuan. E por que nunca aconteceu? Porque é o próprio sistema financeiro americano que controla o Congresso. Não tem nenhuma teoria conspiratória. É a vida. A China fez um trabalho magnífico, soube aproveitar essa oportunidade, mas já começa a dar sinais daquele pecado dos 30 anos: é claro, evidente, que agora precisa mudar profundamente o eixo da exportação para o mercado interno. É uma condição extremamente difícil. O 12º Plano Quinquenal chinês é de um otimismo enorme e tem hipóteses que são muito pouco prováveis, como a que prevê um grande aumento da produtividade total dos fatores, como alavanca do crescimento. É óbvio que se vive um momento em que a produtividade do capital e o desenvolvimento demográfico estão em queda. Mas eu tenho uma esperança: parece que vão incluir entre os nove membros do grande conselho chinês um sociólogo, um advogado e um economista. Eles nunca mais serão os mesmos.

Hoje, qual o peso do Brasil no grupo dos BRICs? Melhoramos nossa posição relativa?

Este é um conceito muito pouco adequado e que nos obriga a comparar situações distintas. Na minha opinião, a comparação que nos ajudou foi no sentido de mostrar a melhora dramática que houve na situação brasileira. É uma pena ver que as pessoas não reconhecem isso. Claro que há pecados, claro que há muito a fazer. Mas também é claro que o governo começa a se dedicar à solução dos problemas fundamentais do país, quando tenta, por exemplo, implantar um programa de equilíbrio fiscal de longo prazo, atacando projetos que estão no Congresso, como os de aposentadoria do setor público e restrição de gastos com pessoal. Há uma percepção de que é preciso construir espaço para aumentar a poupança interna. Os críticos dizem que tudo isso não passa de jogo de cena para forçar o Banco Central a baixar os juros. Claro que o governo deseja isso, pois vai gastar este ano R$ 190 bilhões com essa rubrica. Mas alguém de bom senso pode imaginar que o Brasil precisa de uma taxa de juros real de 8% ao ano? Minha esperança é que a nova política fiscal dê ao BC musculatura para reduzir a taxa real de juros, sem violências, para cerca de 2,5% a 3% nos próximos quatro anos. Muita gente vai ter que ganhar a vida honestamente.

A Comunidade Econômica Europeia foi vítima de um autoengano, ao estabelecer que nenhum país poderia ter mais do que 3% do PIB de déficit fiscal nem uma dívida interna maior do que 60% do PIB

Muito se critica a forte dependência da pauta de exportações brasileira dos produtos básicos. Mas, em um cenário de menor crescimento da economia mundial, considerando que a demanda por *commodities* agrícolas tende a ser menos afetada, isso pode ser uma vantagem competitiva para o país?

Seria uma loucura abandonar os setores agrícola e mineral. Ninguém está propondo isso. O que se está propondo é desenvolver o mercado interno e dar condições para que os setores industrial e de serviços possam também competir no mercado externo. Não há contradição nenhuma em aproveitar esse boom que ocorre no mundo. Nós já esquecemos que o Brasil quebrou duas vezes, em 1998 e 2002. Hoje, temos US$ 350 bilhões de reservas, que não foram produzidas por nenhuma ação brasileira, mas sim pela expansão do mundo, que soubemos aproveitar muito bem. De país devedor, passamos a país credor. Mas já competimos muito melhor do que competimos hoje. Quando se olham as condições que envolvem os trabalhadores e empresários brasileiros, vemos uma situação complicada: a maior carga tributária bruta entre países com o nosso nível de renda, a maior taxa de juros e a moeda mais valorizada do mundo. Quando alguém apela para modelos de equilíbrio geral e diz que há distorções, eu considero uma maluquice total, porque a teoria de equilíbrio geral não tem nada a ver com o mundo. É uma construção muito elegante para enganar trouxas e ótima para dar aulas, pois dá ao professor um poder enorme sobre o aluno. É grave tirar conclusões normativas de modelos teóricos.

Os países emergentes têm conseguido conciliar taxas elevadas de crescimento com estabilidade econômica. Alguns deles, porém, entre os quais o Brasil, voltam a enfrentar problemas relacionados ao aumento da inflação. Como promover o crescimento sem perder o controle da inflação?

É preciso ter uma política fiscal de longo prazo crível e exequível, e aumentar a poupança pública, que é a única coisa que pode ser feita com rapidez. Para o Brasil crescer como precisa, na faixa de 4,5% a 5% ao ano, é evidente que necessita de uma taxa de poupança interna em torno de 22%, deixando para a poupança externa algo como 1,5%. Acima de tudo, é preciso convencer os brasileiros de que existe um *trade-off* entre o presente e o futuro: mais distribuição hoje significa menos crescimento para o seu filho e um desastre para o seu neto. Quanto à inflação, considerando-se que é um problema mundial e a dependência do país com relação às importações, não há nenhuma razão para imaginar que o Brasil ficaria dentro da meta. Até porque, no caso brasileiro, existem ainda alguns complicadores. No setor de serviços, por exemplo, mais do que excesso de demanda, observa-se um descompasso entre as estruturas de demanda e oferta. Isso não se corrige com taxa de juros, mas sim com uma política de educação, de preparação de mão de obra.

Minha esperança é que a nova política fiscal dê ao BC musculatura para reduzir a taxa real de juros, para cerca de 2,5% a 3% nos próximos quatro anos. Muita gente vai ter que ganhar a vida honestamente

Qual sua avaliação da Era PT, em particular desses primeiros meses do governo Dilma?

A eleição do Lula foi a consolidação da democracia no Brasil. Na primeira eleição, quando eu disse que votaria nele, causei uma amolação enorme entre a minha gente. Porque era preciso esse teste. O Lula se revelou um grande presidente. O Fernando Henrique também. E até o Collor teve uma contribuição importante, com a questão da abertura do mercado. Não se deve levar em conta o que é dito nos processos eleitorais, essa questão toda de herança maldita etc. O que importa é que o Brasil vem melhorando durante todo esse tempo. E melhorou ainda mais com o Lula, porque ele atendeu a um aspecto importante da Constituição Federal de 1988: o aumento das oportunidades para as pessoas, que está ligado à igualdade do ponto de partida que mencionei antes. Ele incorporou essa gente, fez um trabalho muito bom, aproveitou o que o mundo oferecia e ainda recebeu no final do mandato o presente do pré-sal. Já a Dilma eu vejo como uma tecnocrata que lê os mesmos livros que nós, que estuda os dossiês, que não se deixa enganar por firulas, por esses modelos que dizem que há distorções. Claro que há distorções, mas a maior delas está na cabeça dos que pensam que existe um modelo de desenvolvimento e que eles são portadores desse modelo. Dilma será uma continuidade muito importante para o país. ■

www.souzacruz.com.br

SOUZA CRUZ. UMA EMPRESA QUE INVESTE NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL.

SLM



A Souza Cruz lidera o mercado de tabaco de forma responsável e inovadora, visando o melhor retorno ao acionista, a sustentabilidade de seu negócio, da cadeia produtiva e da sociedade. Além de gerar renda para milhares de brasileiros, também prioriza investimentos em programas sociais e ambientais. A Souza Cruz tem em suas raízes a excelência em Governança Corporativa e quer, cada vez mais, ser motivo de orgulho para todos os brasileiros, destacando-se como uma das maiores empresas do País. Em tamanho, transparência e responsabilidade.

A SOUZA CRUZ EM NÚMEROS:

- Mais de 7.000 colaboradores;
- Geração de mais de 240.000 empregos em toda a cadeia produtiva;
- Cerca de 40.000 produtores rurais atuando em parceria;
- Atendimento direto a mais de 260.000 pontos de venda;
- Pioneira na exportação de tabaco desde a década de 60, já exportou mais de 2 milhões de toneladas para os 5 continentes;
- Mais de R$ 7 bilhões/ano em impostos pagos;
- 3 parques ambientais;
- 3 fazendas energéticas;
- 96% de resíduos reciclados;
- 60% de matriz energética renovável;
- Carbono neutralizado com 85% de emissões neutras e os 15% restantes sendo compensados com árvores plantadas nas áreas de preservação mantidas pela Companhia.

SOUZA CRUZ

O Brasil na visão americana



Riordan Roett

Professor de Ciência Política e diretor do Programa de Hemisfério Ocidental, Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University

Anne R. Grant, de Washington, DC

Riordan Roett é um cientista político especializado em América Latina e ex-presidente da Associação de Estudos Latino-Americanos (Latin American Studies Association). Fluente em português e espanhol, é especialista reconhecido em questões brasileiras, mexicanas e do Mercosul. Em 2001, o presidente do Brasil o condecorou com a Ordem de Rio Branco. Seu livro mais recente é *The new Brazil* (Brookings Institution, 2010). Nesta entrevista, Roett delineia as diferenças entre os governos de Lula e Dilma, a preocupação com a desindustrialização brasileira, as relações do Brasil com a Índia, a China e outras regiões em desenvolvimento, além de falar sobre o projeto Belo Monte e da interação entre a política e a economia no Brasil. Ele aponta, por exemplo, que não importa o que o governo decida, pois "há tantos jogadores com poder de veto no Congresso", que tornam muito difíceis mudanças políticas e econômicas.

***Conjuntura Econômica* — No início deste ano você escreveu que "boa sorte é tão importante quanto boas políticas". Que tendências você vê como sendo boa sorte para Dilma? E quais seriam as de má sorte?**

Riordan Roett — A situação é muito diferente do que era no governo Lula. Durante a crise global, o estímulo da economia feito por Lula foi apropriado, mas depois prolongou-se e foi usado para gastos pré-eleitorais. Dilma tem agora que lidar com as consequências fiscais. A valorização da taxa de câmbio é grave, e há muito *carry trade* — especuladores tomando empréstimos a taxas mais baixas em outros lugares para fazer um ganho rápido com as elevadas taxas de juros do Brasil. Agora, Dilma depara-se com pouca sorte.

De que forma você acha que Dilma está criando uma presidência que seja diferente da de Lula?

Dilma não tem poder em seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores; Lula é o PT. Isso faz uma grande diferença. Ela tem que aprender a gerir o Congresso, que deseja cargos no governo. Enquanto isso, ela está tomando uma posição mais forte em favor dos direitos humanos e contra a corrupção.

Fernando Henrique Cardoso disse recentemente que "a mentalidade protecionista não é fácil de mudar". Ele também disse que "o brasileiro médio ainda acredita que sem o envolvimento do Estado, a economia não pode seguir em frente". O que você acha desses pontos?

Tenha em mente que há inimizades entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Fernando Henrique e o PT. Então o que diz Cardoso

Foto Biorn Maybury-Lewis

tem de ser medido com cuidado. No entanto, a abordagem PT é, certamente, mais intervencionista do que é a do partido de FHC. O PT está seguindo o modelo de Pequim, com um papel maior do Estado na economia.

Existe uma preocupação comum no Brasil acerca da desindustrialização. Mas a Índia, cujo progresso econômico em alguns aspectos desafia a China e está à frente do Brasil, parece estar avançando rápido porque, como um economista indiano colocou, suas manufaturas são "cérebro-intensivas, não trabalho-intensivas". Você concorda?
O Brasil definitivamente tem que aprender a agregar valor às suas exportações. Certamente, ele tem sido mais lento para promover a ampliação de habilidades e talentos importantes do que a Índia. Isso pode ter algo a ver com as diferenças na história colonial entre a Índia e o Brasil — diferenças entre a dominação britânica *versus* portuguesa. Seja qual for a razão, o sistema educacional do Brasil tem grandes deficiências. A qualidade da educação pública é particularmente preocupante. Ela precisa desesperadamente de atenção.

O Brasil parece estar preso a governos de coalizão. Essa seria uma receita para a instabilidade política?
Comentadores e políticos vêm falando há décadas sobre o que pode ser feito para organizar a política de forma diferente no Brasil. Qual o modelo que poderia funcionar melhor? Deveria seguir um modelo mais alemão, por exemplo? O grande obstáculo impedindo qualquer mudança é que existem muitos jogadores com poder de veto no Congresso. Qual é a probabilidade de que muitos deles sacrifiquem seus próprios interesses e de seu partido para o bem do país? Eu acredito que governos de coalizão continuem para o futuro previsível.

Por que você acha que, apesar das proclamações do Brasil e do G-20 sobre uma maior voz para as economias emergentes, o Brasil votou a favor de um candidato europeu para dirigir o FMI, em vez de o candidato mexicano?
A relação entre o Brasil e a França tem sido muito próxima. Tomemos, por exemplo, a questão da compra de caças a jato. Sarkozy fez várias visitas ao Brasil. Mas, sem dúvida, a rivalidade entre Brasil e México pela dominância do hemisfério foi um fator. A rivalidade é geralmente amigável, mas ainda assim é uma rivalidade, a ponto de o Brasil enfatizar que está no hemisfério Sul, colocando o México firmemente no Norte. O México também não tem sido particularmente favorável ao Brasil obter um assento no Conselho de Segurança da ONU.

Como você acha que o recente voto do Congresso dos Estados Unidos de eliminar os subsídios ao etanol irá afetar o Brasil?
Provavelmente não terá muito efeito de imediato, especialmente com as projeções de uma colheita de açúcar pobre, mas poderá ter uma grande consequência em médio prazo. Ademais, o etanol do Brasil à base de açúcar é de uma qualidade muito melhor do que o dos EUA, que é feito de milho.

Com relação ao programa Bolsa Família, a teoria é que ele foi bem-sucedido porque contornou a administração dos estados e é gerido pelos municípios, dessa forma ele também passou ao largo da corrupção, que todos reconhecem ser um grande problema político. Você vê alguma esperança de que o Brasil possa limpar a corrupção?
A corrupção é endêmica, não só no Brasil, mas em todo o mundo em desenvolvimento. No entanto, parece que o Bolsa Família é de fato relativamente livre de corrupção, e isso parece estar começando a mudar as relações entre governo federal e municípios. O programa é também relativamente barato.

O sistema educacional do Brasil tem grandes deficiências. A qualidade da educação pública é particularmente preocupante. Ela precisa desesperadamente de atenção

O Brasil tem muito capital político e financeiro investido no projeto hidrelétrico de Belo Monte. Ele tem sido comparado com a represa das Três Gargantas na China, que está tendo alguns problemas importantes. Você acha que vai ter repercussões para Belo Monte?
A situação de Belo Monte é muito diferente de Três Gargantas, mas tem levantado grandes preocupações, principalmente relacionadas ao meio ambiente e aos direitos indígenas. O Brasil também não tem um bom histórico de proteção de ambos. A situação é complicada pelo fato de que o sul industrial do Brasil realmente precisa de fontes confiáveis de energia e a economia do Brasil tem uma necessidade contínua de crescimento. Encontrar o equilíbrio certo não vai ser fácil.

As complexas relações dos países sul-americanos com a China são regularmente aventadas. Mas e a Índia? Nas décadas seguintes, as democracias da Índia e do Brasil se beneficiarão de populações muito mais jovens do que a China, entre outras coisas. Como você acha que isso vai funcionar?
Brasil e Índia têm boas relações, como é o caso em grande medida de todos os BRICs. Mas a relação não é tão complexa como a com a China. É verdade que as complementaridades entre Brasil e Índia podem ser mais fortes, e não há tantas tensões como nas relações do Brasil com a China. Mas no momento também não há tantas oportunidades para um relacionamento mais produtivo.

Falando em China, há algo que podemos aprender — uma questão que você levantou no livro que coeditou sobre a China e os países do Hemisfério Ocidental — a partir das relações da China com outras regiões em desenvolvimento como o Sudeste Asiático e a África?
Em certo sentido, a resposta é sim e não. Por exemplo, o Brasil tem consciência das assimetrias nas relações da China com países africanos. A China tem encontrado parceiros em países africanos, muitos dos quais ainda são governados por ditadores, mas o Brasil certamente não permitiria que dezenas de milhares de chineses "invadissem", como subempreiteiros e trabalhadores em projetos de investimento chineses. O Brasil também reconhece a enorme e complicada situação que a China enfrenta no Mar da China Meridional e as reivindicações concorrentes de diversas áreas, e felizmente não tem de lidar com algo assim. No entanto, outros países nessa área, o Vietnã, por exemplo, têm dependências de comércio com a China que não querem prejudicar. Com efeito, eles são dependentes, mas desconfiados. Em certo sentido, o Brasil pode estar aprendendo o que evitar, assim como o que pode ser útil.

O governo Dilma parece relutante em fazer o trabalho duro e sujo. Mas o Brasil não é gerido por técnicos, embora eu gostaria que fosse, e se tem que lidar com a política

Há muita preocupação sobre o superaquecimento da economia brasileira. Qual a sua opinião?
Não há dúvida de que a economia está superaquecida. Dilma está claramente preocupada. Mas 80% do orçamento são despesas obrigatórias, e tudo tem que passar pelo Congresso, então não há muito espaço para ela manobrar. Eu também não estou certo que instrumentos restam ao ministro Mantega para proteger a economia brasileira. É bom ser popular com os investidores até certo ponto, mas o novo imposto de 6% sobre investimentos estrangeiros teve absolutamente nenhum efeito sobre o *carry trade*. E o governo prometeu cortes fiscais, mas ainda não há sinal deles. Os próximos meses e anos vão ser muito complicados do ponto de vista da economia. É um momento diferente e uma equipe diferente. A equipe antiga do Banco Central parecia politicamente mais experiente. O governo Lula, em geral, possuía pessoas habilitadas para lidar com situações difíceis. O governo Dilma parece relutante em fazer o trabalho duro e sujo. Mas o Brasil não é gerido por técnicos, embora eu gostaria que fosse, e se tem que lidar com a política. (*Tradução: Pinheiro Ronci.*)



Está na hora de mais gente saber o trabalho que vocês tiveram para transformar um investimento em sucesso.



Mais que um prêmio, um reconhecimento.
Criado pela FINEP, o Prêmio Inovar vai reconhecer os melhores esforços de empresas gestoras de fundos de seed, venture capital ou private equity, assim como profissionais dessa indústria, atuantes no Brasil.

prêmio INOVAR

PATROCÍNIO

BID FUMIN

APOIO

abvcap Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital

INOVAR Investidores

FINEP AGÊNCIA BRASILEIRA DA INOVAÇÃO

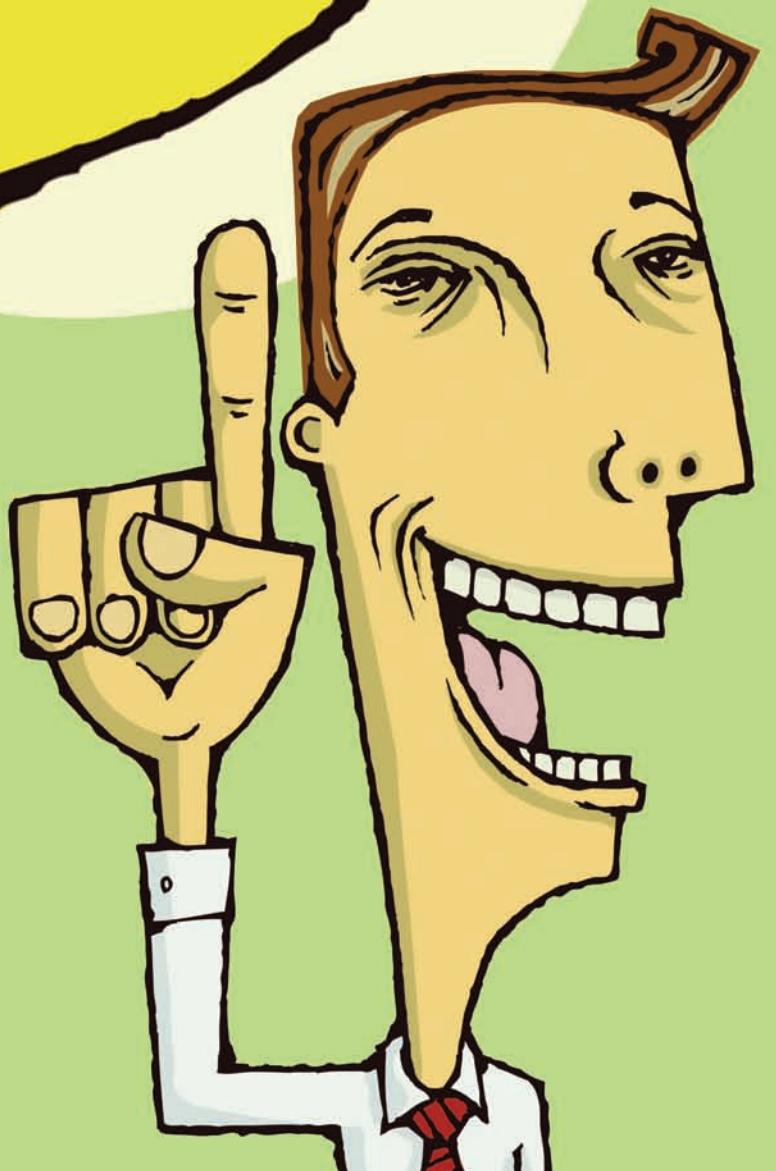
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

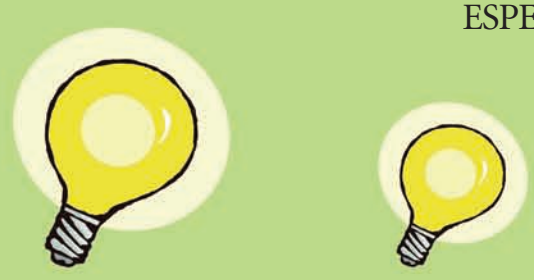
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Inscrições de 9 de setembro a 14 de outubro de 2011. Mais informações: **www.finep.gov.br/premioinovar**

INOVAR INVESTIDORES: BDMG, BID-FUMIN, BM&FBOVESPA, BRDE, CAF, ELETROS, ELOS, FACHESF, FAPES, FIBRA, FINEP, FUNCEF, FUNDAÇÃO CESP, PETROS, PREVI, REAL GRANDEZA, VALIA.

ECONOMIA CRIATIVA





UMA IDEIA NA CABEÇA, UM MERCADO NAS MÃOS

Brasil busca recuperar o tempo perdido na exploração da economia criativa, que consagra novos modelos de negócio e avança em todo o planeta

Cláudio Acioli, Kalinka Iaquinto, Solange Monteiro e Thaís Thimoteo, do Rio de Janeiro

Responda rápido: o que a cidade de Sheffield, no norte da Inglaterra, a australiana Brisbane e a latina Buenos Aires têm em comum? Todas adicionaram em suas agendas uma nova forma de abordagem econômica — a chamada economia criativa —, impulsionada pela necessidade de repensar sua atividade em momentos de estagnação ou crise. Devastada pelo desemprego devido ao declínio da indústria de carvão e aço, Sheffield vem se convertendo em um polo de desenvolvimento de mídias digitais. Brisbane, beneficiada por uma estratégia pioneira da Austrália em nível mundial, conta com um conjunto empresarial voltado para a produção de bens e serviços culturais, além de um sistema de ensino regular focado no estímulo ao talento e à criatividade. Já Buenos Aires tem se concentrado, nos últimos anos, em impulsionar os talentos argentinos do campo audiovisual.

O mercado mundial de bens e serviços criativos está em ascensão e demonstra ser menos vulnerável a crises, estimulando negócios socialmente inclusivos, fortes geradores de empregos

Essas cidades refletem uma tendência que vem se disseminando pelo mundo. Atualmente, vários países estão dedicados a estudar todos os elos envolvidos em produções que envolvem qualquer lastro cultural, buscando formas de diversificar e dinamizar seu crescimento. Uma tendência em que o Brasil, apesar de seu amplo potencial, está atrasado.

"O conceito de economia criativa surgiu a partir de um novo olhar, certo consenso entre diferentes países, quanto à importância, para a economia tradicional, dos setores que utilizam mais intensivamente novas tecnologias e criatividade. De simples novidades, esses setores passaram a ser encarados como geradores de competitividade, inovação e valor agregado, o que justificou o seu 'isolamento' como área de conhecimento", diz a economista Lidia Goldenstein. O manual que norteia essa economia não é único. Além de depender das características de cada cultura, ele não envolve apenas aspectos artísticos puros e a princípio pouco lucrativos, como o artesanato, tampouco se foca somente nas tradicionais atividades de mídia de massa que movimentam cifras astronômicas como as produções hollywoodianas, o mercado editorial e o publicitário. Ela também está presente, por exemplo, no impulso a novos modelos de negócio que possibilitam e popularizam a disseminação digital de bens que envolvem propriedade intelectual, como a música e os *games*, e no aumento da presença da característica criativa e inovadora em produtos tradicionais, como o investimento em um *design* diferenciado, que agrega valor e vantagem competitiva.

"A economia criativa virou assunto da moda, pois tem uma participação importante no estilo de vida que se leva na sociedade contemporânea. De ligar o rádio a vestir-se, aí está ela", diz Edna dos Santos-Duisenberg, que desde 2004 lidera o Programa de Economia e Indústrias Criativas da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad). Segundo dados da Unctad, o mercado mundial de bens e serviços criativos está em ascensão e demonstra ser menos vulnerável a crises. Em 2008, por exemplo, quando o comércio internacional registrou queda de 12%, as transações de bens relacionados à economia criativa continuaram aquecidas, com US$ 592 bilhões em negócios, registrando um crescimento anual médio de 14% entre 2000 e 2008. E com outra vantagem: estimularam, em muitos casos, negócios socialmente inclusivos, fortes geradores de emprego. "Hoje,

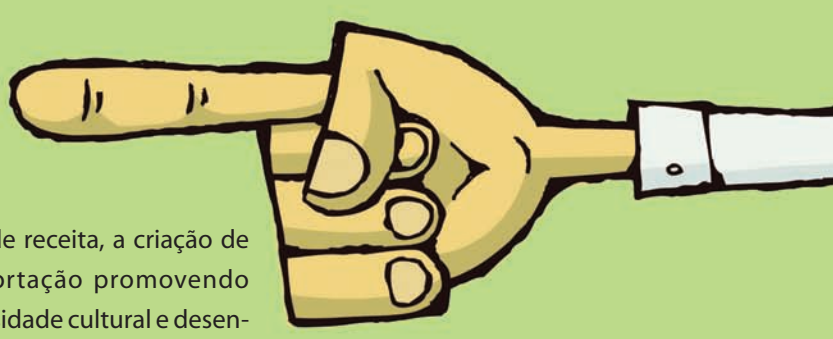
estamos avaliando como repensar muitos setores em Portugal, na Grécia e na Espanha, que foram duramente afetados pela alta do desemprego, queda no setor da construção, e até no turismo", exemplifica.

Mas não são apenas os países europeus o foco de preocupação de Edna. Como boa brasileira, a especialista observa o atraso do país para embarcar nesse movimento. "A China, por exemplo, há anos tem feito um esforço enorme para migrar do '*made in China*' para o '*created in China*'. Em que pese a dificuldade de capturar e dimensionar transações que envolvem propriedade intelectual, hoje calcula-se que o país já exporta US$ 84 bilhões em bens da economia criativa. O Brasil, por sua vez, não chega nem perto. Podemos fazer melhor", diz ela, lembrando que, embora o tema seja tratado no país desde 2004, somente em fevereiro deste ano é que o governo criou um órgão em âmbito nacional para cuidar do assunto: a Secretaria de Economia Criativa. Sob a responsabilidade da professora de Políticas Públicas e Sociedade da Universidade do Ceará, Claudia Leitão, a nova secretaria foi concebida a partir de uma reformulação dentro do Ministério da Cultura, que até o final de agosto aguardava a aprovação do Ministério do Planejamento.

FOCO

O primeiro carimbo considerado importante para ingressar na economia criativa é ter dados concretos sobre os segmentos de interesse, com base em uma metodologia que converse com outras em âmbito inter-

Criatividade segundo a Unctad





- Estimula a geração de receita, a criação de empregos e a exportação promovendo inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano.
- Implica aspectos econômicos, sociais e culturais que envolvem tecnologia, propriedade intelectual e turismo.
- Caracteriza-se por atividades transversais que interconectam níveis macro e micro com a totalidade da economia.
- Demanda inovação, políticas interdisciplinares e ações interministeriais.
- Tem como coração indústrias igualmente criativas.

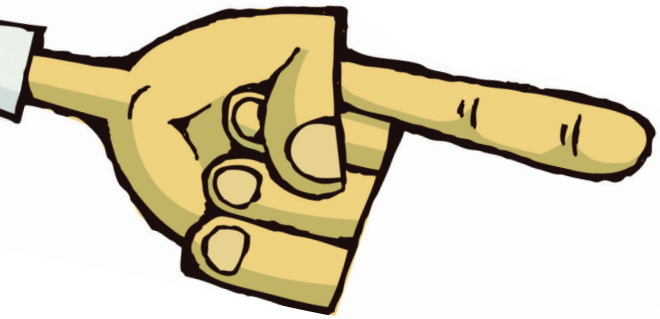


Dados da Unctad apontam que, em 2008, o Brasil exportou US$ 6,3 bilhões em serviços criativos e US$ 1,2 bilhão em bens criativos, importando US$ 4,6 bilhões e US$ 1,72 bilhão, respectivamente

nacional. Isso possibilita traçar pontos de comparação, elaborar políticas públicas e análises de evolução. A falta, até agora, de uma coordenação nacional que direcionasse as iniciativas relacionadas à economia criativa não significou, entretanto, que ela estivesse congelada. Há diversos estudos que provam essa dinâmica. Dados da Unctad apontam que, em 2008, o Brasil exportou US$ 6,3 bilhões em serviços criativos e US$ 1,22 bilhão em bens criativos — longe da lista dos dez principais exportadores entre os países em desenvolvimento, liderada por China, Índia e Turquia —, e importou US$ 4,6 bilhões e US$ 1,72 bilhão, respectivamente. No terreno doméstico, um documento da PriceWaterhouseCoopers indica, por exemplo, que o Brasil foi um dos países que registraram maior crescimento no setor de mídia e entretenimento no mundo em 2010: 15,3% em relação ao ano anterior, atingindo total de US$ 33,1 bilhões. Assinatura de televisão, acesso à internet e publicidade em televisão foram os segmentos com maior crescimento de receita, todos acima de 20%. Já um ranking de inovação e criatividade publicado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi) e pelo Instituto Europeu de Administração de Negócios (Insead) este ano, indica que o Brasil tem uma das produções artísticas e de cultura mais dinâmicas no mundo, colocando-o no 12º lugar entre 125 países estudados.

"Não precisaremos copiar nenhum modelo para desenvolver o Brasil nessa área. Faremos nossa metodologia e trataremos de privilegiar todas as iniciativas que já estão encontrando saídas sem o nosso apoio, arranjos informais que alimentam a diversidade e que necessitam de um apoio muito maior do que apenas o Ministério da Cultura, com sua interface tanto nos governos locais quanto em outros ministérios", diz a secretária Claudia Leitão.





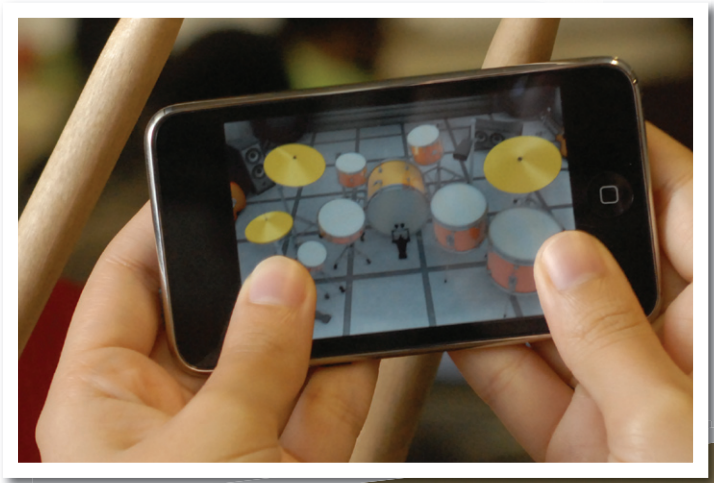




Foto: Chico Porto



Games world

Aprender música jogando. Essa foi a fórmula usada pela pernambucana D'Accord Music Software para agitar a tímida indústria brasileira de *games* e conquistar o mundo. Com o *Drums Challenge* (simulador de bateria), em maio de 2010 alcançou o primeiro lugar entre os *downloads* mais baixados para iPad na loja virtual da Apple. No ano anterior, a versão do jogo para iPhone tinha ficado no ranking TOP 10 do mesmo site.

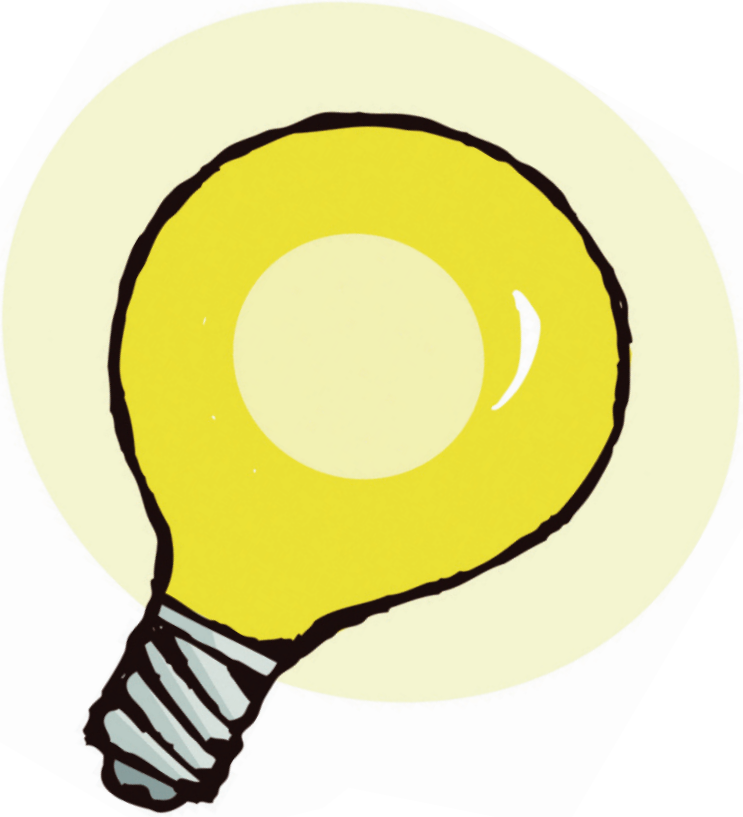
"O *Drums Challenge* é uma mistura de jogo da memória com música, parecido com o *Guitar Hero* e o *Rock Band*. Já o exportamos para mais de 60 países", conta entusiasmado o diretor executivo da empresa, Americo Amorim (foto), que destaca as dificuldades de uma empresa brasileira ser conhecida internacionalmente. "Todas as nossas ações são realizadas no exterior, e isso requer custos altos. Temos que partir do zero", diz. "Aqui dentro, os entraves são principalmente a escassez de mão de obra qualificada, a pirataria e os altos impostos, que encarecem os produtos. Se você for em uma loja de *games* no Brasil vai encontrar preços abusivos."

Hoje, o simulador de bateria da Music Games — braço da D'Accord, responsável pela parte de entretenimento — também pode ser comprado por meio da plataforma PS Network, para Playstation 3 e PSP, graças a uma parceria com a Sony. Segundo Amorim, o estímulo que faltava para a empresa se tornar conhecida no país e, assim, conseguir atrair olhares dos fundos de investimentos ligados à P&D, foram o Prêmio Finep de Inovação 2009, na categoria pequenas empresas; e o Prêmio Santander de Empreendedorismo 2006, em tecnologia. Em 2010, a D'Accord conseguiu R$ 1,5 milhão em recursos do fundo Criatec para *music games*. Nesse mesmo ano, registrou aumento de 40% nas vendas, chegando a R$ 1 milhão. Já para 2012, o foco da empresa serão as escolas. "Estamos muito otimistas em impulsionar as vendas de softwares educacionais no mercado interno por conta da lei sancionada pelo governo federal, em 2008, que obriga escolas públicas e privadas a incluírem no currículo escolar aulas de música", diz Amorim. (T.T.)

DIVERSIDADE

Nos últimos anos, muitas iniciativas brotaram em vários pontos do país, tentando traçar o caminho produtivo de diferentes cadeias, da música ao cinema. Uma delas, desenvolvida pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), em 2008, identificou o potencial do estado para essa economia. "Descobrimos, por exemplo, que os empregos envolvidos na economia criativa no Brasil – entre os diretos e os referentes a atividades relacionadas e de apoio – representam 21% do total dos empregos formais, enquanto no Rio chegam a 23% do total", diz Cristiano Prado, gerente de Novos Negócios da Firjan.

Já o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) produz desde 2009, por solicitação do Ministério da Cultura, dois indicadores destinados a aferir a variação de preços em setores relacionados à produção cultural: o Índice de Preços ao Consumidor, para um conjunto fixo de bens e serviços culturais componentes de despesas habituais das famílias, e o Índice de Preços dos Insumos, voltado aos componentes utilizados na composição de custos desses bens como aluguel de espaços para teatro e apresentações musicais, iluminação, sonorização, editoração e impressão para livros, por exemplo. Ambos servem como apoio na hora de elaborar orçamentos ou estudos sobre a dimensão de determinados mercados.



NA MODA

Recentemente, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Rio, a Prefeitura e o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) contrataram o Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Escola de Direito da FGV-Rio para desenvolver o estudo "Territórios da moda", que ouviu não somente representantes de marcas e confecções, mas também os de pequenos negócios responsáveis por uma parte do processo de produção, como o fechamento de peças e as costureiras individuais. "Eles movimentam R$ 891 milhões ao ano e envolvem mais de 34 mil pessoas ocupadas, formal e informalmente", diz Pedro Augusto Francisco, do CTS, um dos coordenadores do projeto. "O grande nível de terceirização devido à carga tributária que pesa na operação do setor pressiona as pequenas empresas, que muitas vezes


www.eletronuclear.gov.br
Energia para novos tempos
agência3
Para a natureza,é como se a gente quase não existisse.
A energia nuclear não emite gases que provocam o efeito estufa. A energia nuclear é limpa e segura.
Eletrobras
Eletronuclear
Ministério de
Minas e Energia
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Um estudo em todo o país sobre a moda, indicou vários tipos de ações qualitativas, como fomentar processos sustentáveis em todos os elos do setor, desde a criatividade ao empresarial

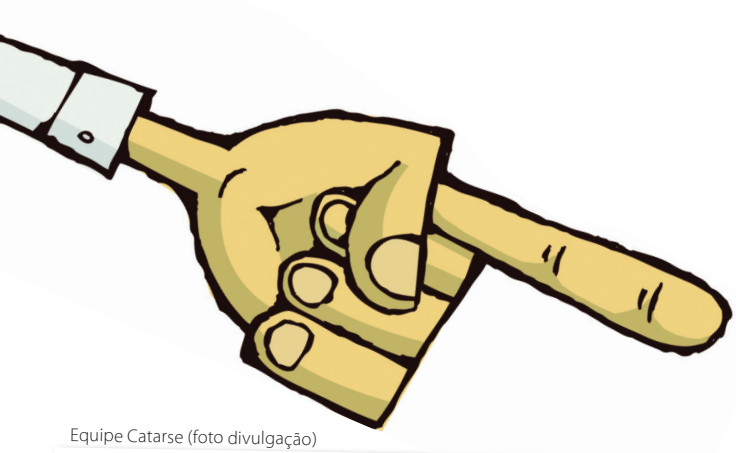
sentem falta de um canal de diálogo, capacitação e intercâmbio", afirma. "De posse dessas informações, fica muito mais fácil definir os vetores de incentivo e as políticas públicas a serem adotadas para estimular o empreendedorismo", garante Ricardo Henriques, presidente do IPP.

Paula Acioli, pesquisadora de moda e coordenadora acadêmica do curso de Gestão de Negócios no Setor da Moda da FGV Management, também confirma a importância de trabalhos como esse. "Em 2008, participei de um estudo patrocinado pelo Ministério da Cultura da Holanda que já demonstrava o interesse dos Países Baixos pelos setores de *design*, arquitetura e moda brasileiros; eles queriam ter um mapeamento para mostrar a possíveis investidores, e foi meio constrangedor partir do zero e apresentar a eles um compêndio de informações das quais o próprio Brasil não dispunha", diz.

No final de agosto, o Instituto Iniciativa Cultural também concluiu um estudo em todo o país sobre moda, contratado pelo Ministério da Cultura. A análise qualitativa indicou vários pontos de ação. Entre eles, fomentar processos sustentáveis na moda em todos os seus elos (criativo, produtivo, acadêmico, institucional e empresarial), capacitar e assessorar novos empreendedores e criar uma agência reguladora que instigue um programa nacional de fomento à moda. O trabalho também apontou oportunidades de promoção das criações brasileiras, bem como incentivos fiscais à produção.

EXEMPLO ARGENTINO

Quem já começou a se articular e tem políticas públicas voltadas para suas indústrias criativas percebe a diferença. Para quem observa o mercado cinematográfico argentino, por exemplo, a conquista do Oscar pelo filme *O Segredo dos Seus Olhos*, do diretor Juan José Campanella, não ocorreu por acaso. "Isso tudo vem de um esforço que começa no estímulo ao mercado local, no incentivo de projetos nacionais, bem como de estratégias de coprodução", diz Fernando Arias, coordenador do Observatório da Indústria Criativa, fundado em meados da última década em Buenos Aires, para recolher informações qualitativas e quantitativas sobre as indústrias criativas da cidade e, em alguns casos, do país. Parte do esforço citado por Arias se deve a uma lei chamada *cuota de pantalla*, firmada em 2004, para fixar percentuais mínimos de exibição de filmes



Equipe Catarse (foto divulgação)





Todos por um

Uma boa ideia dificilmente se transforma em negócio se não estiver aliada a uma fonte de financiamento. Para superar a dificuldade de acesso a crédito, alguns empreendedores estão se valendo de um novo modelo de negócio: o financiamento colaborativo. Unindo as facilidades da internet ao apoio financeiro de fãs ou futuros consumidores, sites como o Catarse, primeiro do Brasil, estão ajudando a tornar realidade muitos projetos que poderiam morrer na praia.

Em seis meses de funcionamento, o Catarse já conseguiu atrair financiamento para 52 projetos, e conta com mais de 40 em fase de captação. São 19,2 mil usuários cadastrados e cerca de cinco mil visitas únicas por dia. "Temos R$ 515 mil em movimento, cinco mil pessoas que apoiaram algum projeto e seis mil ajudas, ou seja, uma mesma pessoa colaborou mais de uma vez", avalia Diego Reeberg, sócio-fundador do site.

Para inserir um projeto no Catarse, as ideias são avaliadas pelo grau de conhecimento do tema e pela coerência entre proposta e valor a ser alcançado. O prazo para capacitação fica a cargo de quem apresenta o projeto e pode ser de 1 a 90 dias. Como depende de colaborações, a divulgação da ideia é fundamental para o sucesso do projeto. Quando o montante pedido é atingido — ou ultrapassado —, o Catarse recebe 5% e o restante é destinado aos idealizadores. Caso um projeto não alcance o valor sugerido, o Catarse e os proponentes nada recebem. Já os apoiadores podem pedir o ressarcimento ou transformar o valor em créditos para novos apoios.

Um dos projetos que conseguiu se financiar por meio do site é o Ônibus Hacker — centro tecnológico de criação e execução de projetos que usam a tecnologia para fins de interesse da sociedade —, apresentado pela comunidade Transparência Hacker. Para fazer seu ônibus pegar a estrada, a Transparência precisava de R$ 40 mil. Com 464 apoios, arrecadou R$ 58.593.

O interessante desse modelo é que quem apoia acaba recompensado por quem propõe algo. No caso do ônibus, com camisetas, adesivos ou viagens. "Não se deve enxergar os apoios como doações porque sempre haverá recompensa. É uma negociação que fica entre comércio e mecenato", diz Reeberg. "Temos uma visão de democratização da cultura, de desintermediação, sem agentes ou produtores para dizer se um projeto é bom ou não", completa.

Os êxitos nos resultados da iniciativa levaram o Catarse a se unir ao Multidão — outro site com o mesmo modelo —, a fim de firmar novas parcerias. "Queremos trabalhar com muito mais projetos", explica Diego. (K.I.)



"No universo da cultura, há setores que receiam ser canibalizados pelo viés empresarial na economia criativa"

Lidia Goldenstein

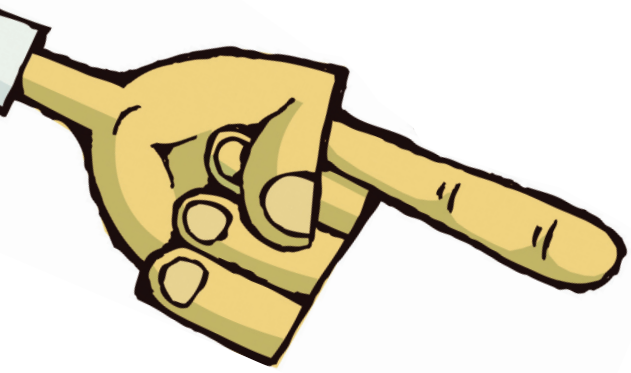
nacionais conforme a capacidade das salas de exibição, em resposta a uma queda, na época, da participação do cinema local no total da bilheteria, dominada pelas produções norte-americanas. "Neste momento, estamos defendendo no Legislativo projeto para promover um polo audiovisual na região de Palermo, de forma a incentivar economicamente esses bairros, garantindo benefícios tributários para as empresas que se instalarem por lá", conta Arias.

Parte desse desafio é tirar o ranço de que na economia existem negócios mais ou menos sérios ou dignos de atenção. "O cinema de animação gera hoje, no Canadá, mais de 200 mil empregos e uma receita de exportação de US$ 5 bilhões. No Brasil, porém, essa atividade, assim como a relacionada à produção de *games*, ainda não é vista como uma indústria que se mostra tão ou mais importante do que a automobilística, no que toca à criação de empregos e à capacidade de gerar externalidades positivas para outros setores da economia", exemplifica Lidia Goldenstein.

Estudo do CTS da FGV do Rio sobre o mercado brasileiro de desenvolvimento de *games* comprova essa realidade. "Sem dúvida é um mercado incipiente, fragmentado", diz Arthur Protasio, pesquisador e coordenador do CTS Game Studies. Segundo ele, apesar de haver uma série de editais que motivam o desenvolvimento de jogos, eles não são devidamente adequados para o formato, usando o cinema como principal referência. "Os orçamentos, por exemplo, têm 60% da dotação dedicados ao roteiro, e não é assim que funciona na hora de produzir um jogo. Com isso, a programação, que costuma ser o esqueleto principal de qualquer construção de software, acaba recebendo menos recursos", afirma. "Já do ponto de vista internacional, há falta de identidade da produção brasileira. Nesse caso, corre-se o risco de se criar algo que não terá a mesma qualidade nem o investimento das grandes do setor, e se perderá num limbo que não é a produção independente excêntrica nem a multimilionária que parece um filme hollywoodiano interativo."

ARTISTA CAPITALISTA

Observações como essa indicam outro desafio presente em grande parte dos empreendimentos criativos: o foco em uma gestão profissional, voltada para o mercado. Um primeiro ponto que eclipsa a conquista desse padrão ideal é o conflito ainda presente, em algumas atividades artísticas, em vincular arte e negócio. "No universo da cultura, há setores que receiam ser canibalizados pelo viés empresarial da



O jazz sobe a serra

Antes do público, vacas pastando dentro de um teatro. Esse foi o cenário encontrado pelos realizadores do Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga (CE) às vésperas da inauguração do evento, em 2000, na cidade serrana que no passado abrigara manifestações culturais. Doze anos depois, a realidade é outra. "Ainda não temos o ideal, mas muito já caminhou", conta a produtora Rachel Gadelha, uma das idealizadoras do festival.

Com menos de seis mil habitantes, grande parte da economia local se baseia no turismo, impulsionado por eventos culturais. "Na primeira edição, após os shows, as pessoas saíam e não havia restaurantes, somente uma carrocinha de cachorro-quente que às 23h não tinha mais salsicha e vendia somente pão. Hoje, temos restaurantes francês, português, cafés, pousadas", enumera Rachel, destacando o estímulo que o evento representou para a melhoria da infraestrutura da cidade. Pesquisa feita pelo Sebrae/CE, em 2004, mostrou que no período do festival o aumento médio do faturamento do comércio foi de 65,3%.

O festival — pensado como alternativa para os que buscavam fugir do carnaval e que tinha por fim valorizar músicos instrumentistas da região —, a princípio não obteve apoio. "Todos diziam para não fazer e sentimos que se não fizéssemos as pessoas não acreditariam que poderia dar certo", diz a produtora. Para provar que a ideia era boa e geraria lucro à cidade — que até então dependia muito da administração pública no que diz respeito a empregos —, os organizadores investiram R$ 64 mil do próprio bolso. Atualmente, o projeto é estimado em R$ 1 milhão, leva para a região músicos renomados do país e do exterior, e atrai milhares de turistas à serra cearense.

"O festival cresceu e agora abrange um mês de atividades. Guaramiranga é o coração, mas depois o festival continua em Fortaleza", informa Rachel. Com cerca de 80% da programação gratuita, a organização do evento desenvolve projetos voltados à comunidade de toda a região. O melhor exemplo é o programa de formação musical de alunos da rede pública, desenvolvido ao longo de um ano. "Sairão daqui músicos profissionais ou, pelo menos, pessoas diferentes", acentua Rachel. Os patrocinadores também são estimulados a fazer projetos sociais priorizando o turismo, o meio ambiente ou a cultura, de forma a gerar riquezas para o lugar. "Cuidamos sempre para que a comunidade visse o projeto e ajudasse a construí-lo. O impacto para a economia e para a autoestima é grande", avalia Rachel Gadelha. (K.I.)



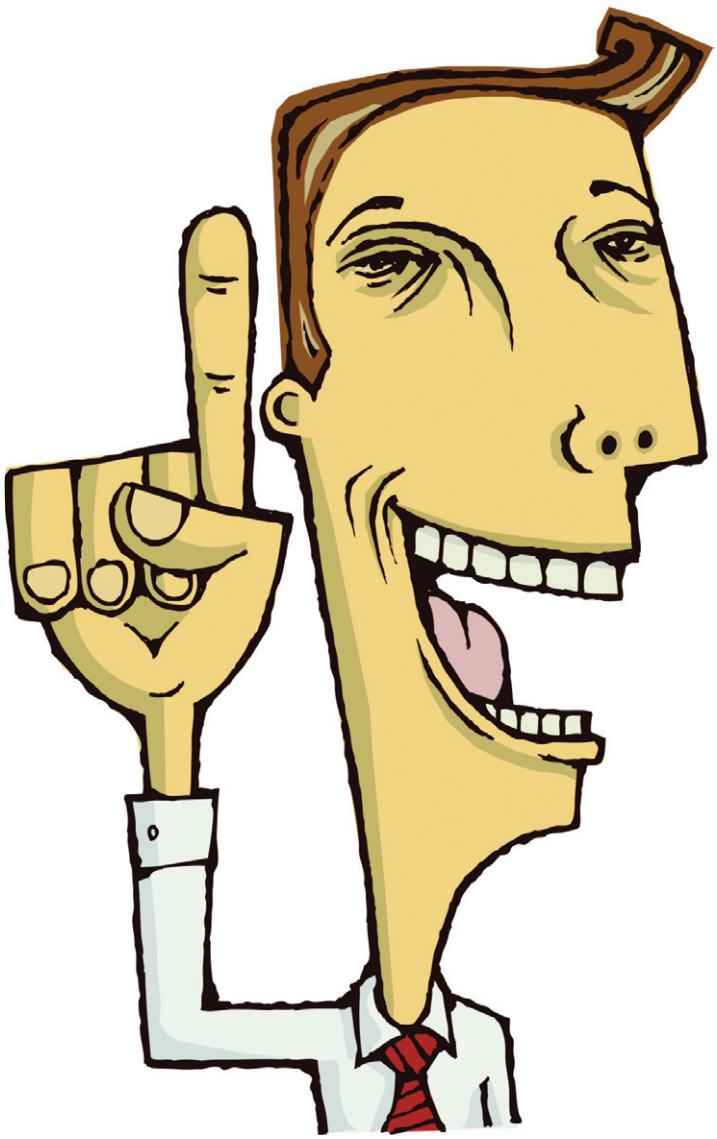




Fotos: Chico Gadelha

"A confusão sobre o significado da expressão economia criativa é um obstáculo a que essa atividade seja tratada como negócio autônomo"

David Parrish



economia criativa, que é fundamental para a afirmação desse segmento como núcleo autônomo e economicamente viável", diz Lidia. "Eles se julgam acima do bem e do mal, e não percebem a importância de se criar um caldo de cultura capaz de favorecer o florescimento de trabalhadores e consumidores mais qualificados, sofisticados e modernos. Na outra ponta, em contrapartida, há pessoas envolvidas com economia criativa que pensam que se trata apenas de artesanato e outras atividades dessa natureza. Supervalorizam o aspecto social e lúdico, entendendo-a somente como um instrumento de inclusão", afirma.

David Parrish, consultor inglês em empreendimentos criativos e autor do livro *T-shirts and suits: a guide to the business of creativity*, admite que essa realidade ainda é difusa, já que os próprios termos economia criativa, indústria criativa e indústria cultural têm significados diferentes para pessoas diferentes. "Não por acaso, a confusão sobre o exato significado da expressão economia criativa é o principal obstáculo a que essa atividade seja tratada como um negócio autônomo. Precisamos discutir separadamente duas questões: o valor da criatividade em termos de negócios e o valor da criatividade artística e cultural para a sociedade", defende.

DIÁLOGO

Na opinião de Prado, da Firjan, esse exercício não se concentra apenas em transformar um artista em empresário, mas também em fazer com que os criativos possam ser mais colaborativos dentro da indústria



Deixe o MBA que é referência falar por você.

MBA FGV

www.fgv.br/mba

Por trabalharem com ativos intangíveis, as empresas criativas têm dificuldades para conseguir crédito em um sistema financeiro acostumado às garantias tradicionais, como bens de capital

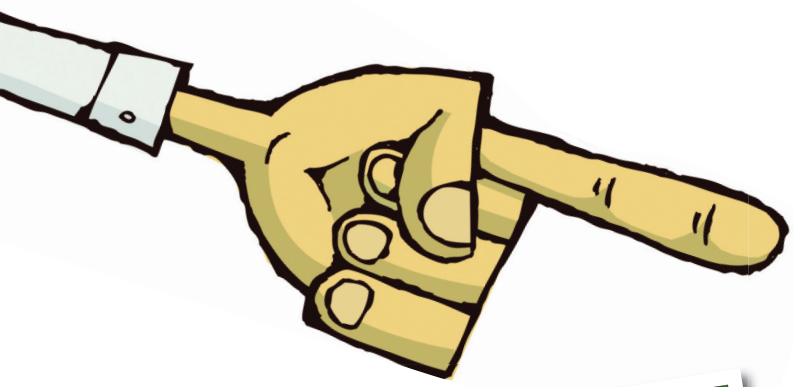
tradicional. "O diálogo entre criativos e empresas ainda é pequeno. À medida que esses artistas passarem a ser reconhecidos também como profissionais, a indústria poderá identificá-los como uma peça-chave na transformação de seu produto, para ganhar mercado. Essa é uma preocupação tão importante quanto a de ter uma produção mais eficiente", diz.

José Alberto Sampaio Aranha também conhece esse problema. À frente do Instituto Gênesis, uma incubadora de empresas da PUC-Rio por onde já passaram 130 empresas, ele já se deparou com outros casos em que o conflito de identidade dos criativos teve de ser cuidado. "O fato é que o empreendedor cultural ainda não é uma figura bem disseminada, visível. Por isso, é difícil convencê-lo de que não vai arrasar com a arte, mas ela lhe dará sustentabilidade", afirma. Para o diretor do Gênesis, o sucesso dos negócios com esse viés cultural criativo é administrá-los com uma "cabeça híbrida". "Hoje, vemos casos bem-sucedidos unindo cultura e tecnologia, criatividade e ciência. Essa mistura já faz parte do DNA do negócio, e não implica um caráter de exploração; ao contrário, é ouvir o que cada um tem a dizer."

BANCAR O INTANGÍVEL

Um melhor grau de profissionalização e gestão das empresas criativas também é fundamental para combater outro problema relacionado a esses negócios: a









Fotos de Campo: César de Cesário
Fotos das peças: W. Jan



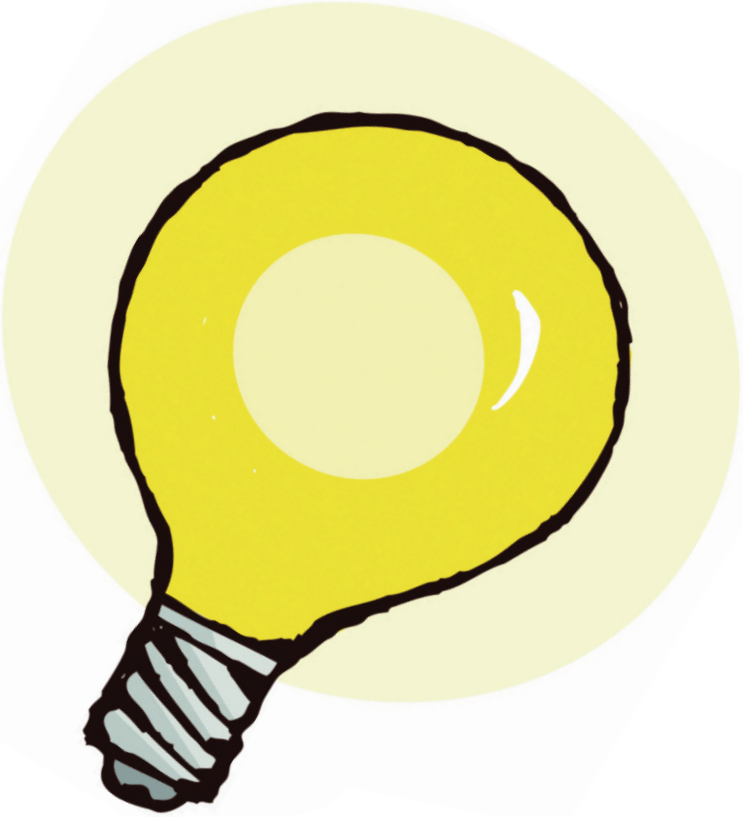
Cultivando moda

Nada como uma concorrência acirrada para estimular a reinvenção do setor têxtil de Campina Grande (PB). A 100 km da cidade nordestina, encontram-se Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, polos têxteis que foram beneficiados pela política de isenção de impostos à indústria de confecção e vestuário, fato que colocou Campina Grande em larga desvantagem. "Somos ferozmente atacados por eles", diz Maysa Gadelha presidente da cooperativa CoopNatural e empresária da grife Natural Fashion que classifica as cidades vizinhas como "uma china nordestina". O problema fez pequenos empresários campinenses se mobilizarem. A cidade, que já foi a segunda maior produtora de algodão do mundo, aprendeu com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como cultivar algodão colorido, de qualidade e orgânico, certificado desde 2007 pela IBD — certificadora de produtos orgânicos. A ideia de transformar esse produto diferenciado em roupas e acessórios surgiu em 2000 e foi testada no mesmo ano na Feira Internacional da Indústria Têxtil (Fenit). O projeto deu certo e hoje a CoopNatural exporta para vários países. São mais de 800 pessoas envolvidas na cadeia produtora, desde camponeses dedicados à agricultura familiar — atualmente 550 —, até estilistas, artesãos e comerciantes, além dos 28 cooperados.

"Aproveitamos apenas a pluma do algodão colorido (*tons de marrom, verde, bege e laranja*) colhido pelos agricultores. Dali, ela é enviada para fiação e tecelagem, serviços terceirizados. Depois recebemos o pano para fabricarmos as peças, cerca de cinco mil por mês", conta Maysa. Antes da crise mundial de 2008, a empresa chegou a crescer 100% ao ano. Contudo, em 2009 e 2010 houve queda de 20% das vendas. "Este ano, esperamos manter o faturamento do ano passado, algo próximo a R$ 2 milhões", informa.

Para ajudar a ultrapassar barreiras que comprometem o futuro do negócio — entre elas a falta de apoio financeiro dos bancos e de maquinário exclusivo à produção, além da dificuldade de transpor a cultura dos homens do campo que têm medo de perder seu "ganha-pão" para as pragas —, Maysa acredita que a valorização do cliente a um produto que polui menos é primordial. "Vejo a moda se voltando aos produtos éticos. Somos procurados por grifes interessadas em nosso algodão (a coleção do estilista Ronaldo Fraga vista nas passarelas da SPFW, em 2004, foi confeccionada com algodão da cooperativa). Mas sabemos que o processo para que ele se torne conhecido é lento" avalia Maysa. (T.T.)

dificuldade de conseguir crédito em um sistema financeiro acostumado às garantias tradicionais, como bens de capital. "Antigamente, quando se tratava de ativos tangíveis — prego, tijolo, máquina —, não havia muito que explicar. Agora, porém, com a valorização dos ativos intangíveis, as coisas se tornam bem mais difíceis, pois a cultura atual ainda não se deu conta disso", diz a economista Lidia Goldenstein. "Uma empresa como a Apple jamais teria obtido financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quando iniciou suas atividades. Na verdade, estamos diante de um dilema: precisamos financiar as soluções de gargalos que ainda se apresentam nos moldes dos velhos paradigmas, como os de infraestrutura, mas, ao mesmo tempo, temos que dar atenção ao novo, pois não podemos esperar que um ciclo se complete para iniciar o outro", assinala.



Enquanto esse rearranjo não chega, as empresas batalham para sair do limbo. É o caso da CoopNatural, na Paraíba, que reúne marcas de roupa fabricadas a partir do algodão colorido naturalmente (ver boxe) e movimentou cerca de R$ 2 milhões, em 2010. Se por um lado o trabalho da cooperativa nordestina só foi possível graças a um melhoramento genético do algodão feito com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), todo esse esforço é ameaçado pela falta de apoio em outro braço fundamental: o crédito. "Os bancos não financiam nenhum negócio ligado a produtos orgânicos, pois avaliam que uma cultura que não usa agrotóxico apresenta maior risco", conta Maysa Gadelha, presidente da CoopNatural e da grife Natural Fashion, que no fechamento desta edição esperava aprovação de uma linha de crédito do Banco do Nordeste. "Nossa produção aumentou e o capital que investimos dentro da cadeia fica retido praticamente um ano e meio, porque precisamos juntar a safra para dar volume e fiar. Por isso precisamos de capital de giro", diz Maysa.

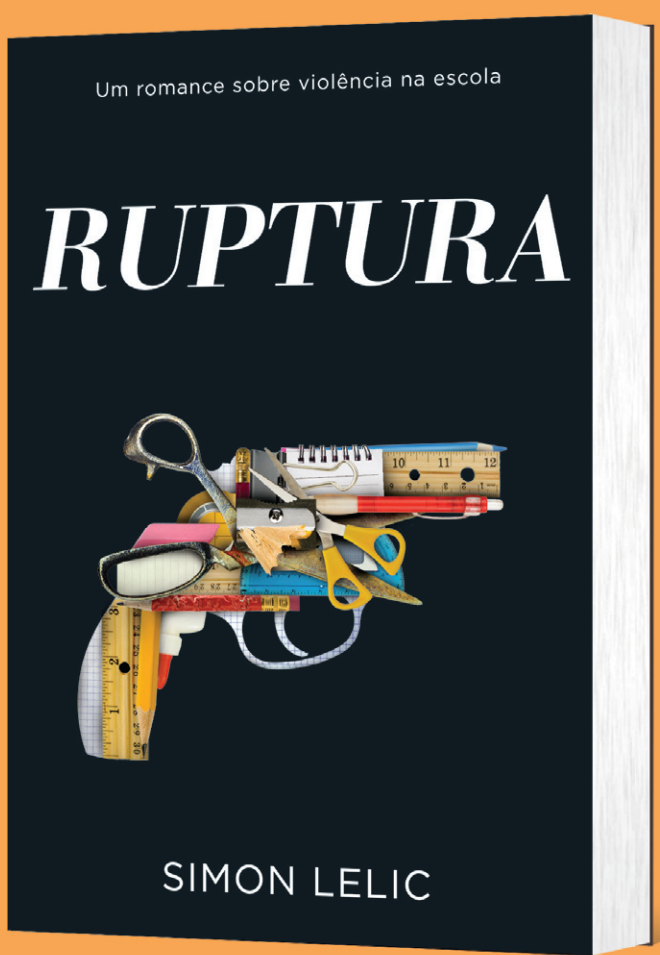
Mesmo o segmento de *venture capital*, acostumado a lidar com um nível mais alto de risco, ainda não se adapta à forma da economia criativa. "Observamos alguns casos com interesse, sobretudo no segmento de software, mas ainda há muito desconhecimento e dúvidas", afirma Sidney Chameh, presidente da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital

NOVA FRONTEIRA

RUPTURA

Um romance sobre *bullying*

Um professor assassina quatro pessoas e depois comete suicídio. Uma jovem inspetora dá início às investigações desse caso e aos poucos vai percebendo que não se trata apenas de um psicopata. *Bullying* é a questão central de ***Ruptura***. Um tema que desafia pais e educadores e que é apresentado de forma intensa e envolvente neste romance.



www.ediouro.com.br • Siga-nos no twitter: @ednovafronteira



O BNDES elevou sua dotação orçamentária de R$ 135 milhões, em 2006, para R$ 1 bilhão, em 2009, oferecendo linhas de crédito a diversas áreas culturais, como cinema e jogos eletrônicos

(ABVCAP). "Por um lado, as empresas não podem ter foco só na questão criativa: tem que ter gestão, foco de mercado, saber o que quer vender para fechar o ciclo, que é a saída do produto. Já o investidor tem que ver facilmente a saída do negócio, pois esse é seu perfil: adicionar valor, melhorar a governança e sair com seu lucro. Se não encontra ambiente sadio para visualizar sua saída, nem entra", assinala.

CRÉDITO

A falta de crédito, por sua vez, engendra um círculo vicioso que atua contra o melhoramento da gestão dessa indústria, item fundamental na hora de ganhar a atenção do gerente do banco. Por deixar muitos negócios — sobretudo os de cunho cultural — dependentes de leis de incentivo e editais que visam à execução de projetos pontuais, esse fator põe em risco a articulação e gestão de toda a cadeia de fornecedores, que não tem como projetar sua demanda mais em longo prazo. "Às vezes, a gente tem a sensação de estar construindo um castelo de areia", desabafa Raquel Gadelha, produtora cultural e uma das idealizadoras do Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga, no Ceará (ver boxe), ao se referir aos esforços de manutenção do evento. Para realizar o festival, a via utilizada é a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e, por vezes, leis estaduais. "Mas todo ano é como partir da estaca zero para conversar com patrocinadores e parceiros. Aqui no Ceará, recorremos, todos, às mesmas empresas, e elas ficam asfixiadas. Acho que, no Brasil, a gente precisaria criar mecanismos para que alguns projetos culturais tivessem captação de apoio de médio prazo." A sugestão é que determinados projetos tivessem prazos maiores para sua realização — cinco anos, por exemplo —, sendo que o governo teria o acompanhamento anual sobre o crescimento e as metas dos projetos.

MUDANÇA

Para a chefe do Departamento de Economia da Cultura do BNDES (Decult), Luciane Gorgulho, os mecanismos de incentivo ao setor cultural, como as leis Rouanet e de Incentivo ao Audiovisual, se de um lado deram novo impulso às atividades, de outro acabaram por afetar a estrutura financeira até então existente. "Na década de 1970, havia um histórico de desempenho que permitia a um produtor teatral ou de cinema conseguir empréstimo bancário, obter lucro e pagar o débito. Hoje,



Divulgação

O mar está pra peixe

"Peixonauta" é um peixinho agente que trabalha para a Organização Secreta para a Total Recuperação Ambiental (Ostra) e com seus amigos, a menina Marina e o macaco Zico, resolvem diversos mistérios ambientais. Sempre que há um enigma, a Ostra envia uma POP — espécie de bola colorida — a qual, após ter seus movimentos e sons repetidos pelos personagens e pelas crianças que assistem ao desenho, apresenta pistas que ajudarão a solucionar o problema. A fórmula "educação mais interação" faz com que a animação brasileira "Peixonauta" tenha sucesso em 69 países.

"Nossa primeira grande venda foi para a Al Jazeera Kids, em árabe. Depois para a eVision, de Dubai, que transmite em inglês para outros 14 países", conta Ricardo Rozzino, sócio-diretor da produtora TV Pinguim. A série é vista também em diversos outros países como os da América Latina, Estados Unidos, Nova Zelândia, Coreia, Canadá, Turquia, Tailândia e Israel.

O pontapé inicial foi dado em 2006, quando a TV Pinguim firmou parceria com o canal americano Discovery Kids. "Nos anos 1990 não se tinha muita experiência em animação. Percebemos que precisávamos buscar espaço para colocar o nosso trabalho e entendemos que deveríamos nos internacionalizar", explica Rozzino. Segundo ele, o advento da TV paga, aliada a políticas de financiamento do BNDES – Procult –, trouxe a possibilidade de novos mercados. O projeto custou R$ 5 milhões, graças ao empréstimo do banco, e investimento de R$ 560 mil da Discovery, sócia minoritária (5%) com direito de exibição da série.

Hoje, "Peixonauta" está entre os cinco desenhos animados mais vistos da grade de programação da emissora americana. No Brasil, a série alcança 9% de audiência medida pelo Ibope nas manhãs em que é veiculada pelo SBT. O sucesso do desenho o levou a virar uma marca que licencia mais de 23 produtos entre livros, álbuns de figurinhas, brinquedos, roupas e artigos para festas. Entre as parcerias firmadas pela TV Pinguim estão empresas como Editora Abril, Grendene, Lupo e Riachuelo. E não é só. O sucesso da série levou os personagens para o teatro, e agora os empresários se encontram na fase de pré-produção de um longa-metragem e da segunda série da animação. Também foi montada uma empresa apenas para levar o "Peixonauta" para as novas mídias.

"A turma de cinema olha pouco para o que se faz como negócio. Precisamos ter mais espaço na TV aberta e sofisticar as formas de financiamento. Acho que o 'Peixonauta' mostrou que a produção brasileira independente pode fazer a diferença", garante Rozzino. (K.I.)



Em julho deste ano, as ações do Procult ligadas ao setor audiovisual englobavam 25 projetos e representavam desembolsos de R$ 103 milhões

percebe-se que as leis de incentivo alteraram um pouco essa organização e a busca por resultados no setor.

De alguma forma, a produção do espetáculo ou do filme tornou-se um fim, o que ofusca um olhar mais abrangente sobre a cadeia produtiva", diz. De acordo com Luciane, seja por essa razão, seja por preconceito do sistema bancário, que não conhece em profundidade o segmento cultural nem compreende sua dinâmica de negócios, empresas economicamente viáveis, que poderiam beneficiar-se dessa estrutura, perderam o acesso aos bancos. "Ao oferecer linhas de crédito, o BNDES pretende contribuir para que o setor volte a se organizar financeiramente, de modo que as leis de incentivo fiquem cada vez mais voltadas aos segmentos que, por suas características, não têm e nem terão dinâmica econômica própria", observa.

Luciane explica que o Decult foi criado em 2006 como um departamento operacional inserido na área industrial e na estrutura de financiamento do banco. A importância dessa visão, segundo ela, está no fato de que, em geral, a cultura vinha sendo tratada no Brasil sempre no âmbito do patrocínio, quase como uma ação de responsabilidade social das empresas. Com a criação do departamento, a ótica da instituição passou a ser a do desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura, por meio da utilização de recursos próprios, linhas de financiamento reembolsáveis e modelos de *venture capital*, que incluem tanto aportes diretos, via BNDESPAR, quanto fundos de investimento. "O piloto foi o setor audiovisual, com foco em cinema e TV. Mas, a partir de 2009, esses instrumentos passaram a abranger os setores de jogos eletrônicos, editorial, música e cadeia produtiva de espetáculos ao vivo. A dotação orçamentária aumentou de R$ 135 milhões, em 2006, para R$ 1 bilhão, em 2009", ressalta Luciane, lembrando que, além dessas iniciativas, o BNDES manteve as ações não reembolsáveis já desenvolvidas em restauro de patrimônio histórico e preservação de acervos.

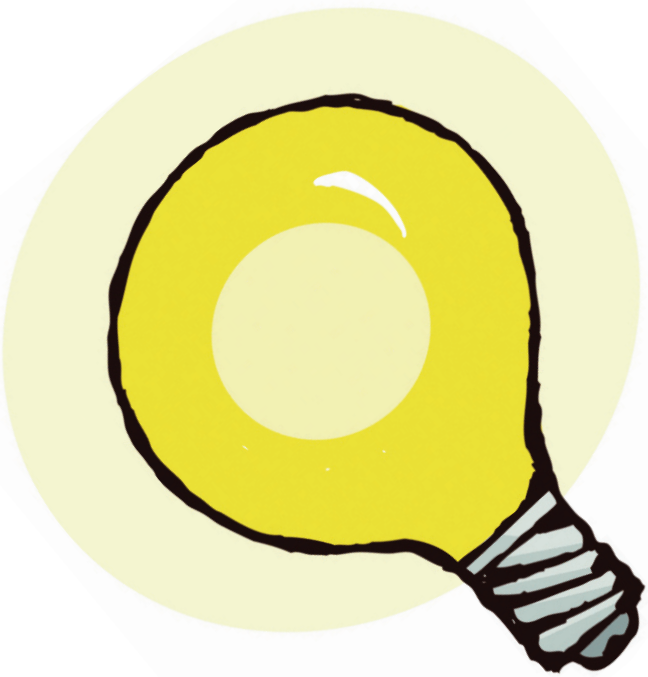
Dentre os exemplos de ações bem-sucedidas na área da cultura, Luciane destaca o financiamento de séries de animação, por meio de linhas de empréstimo e de recursos não reembolsáveis assegurados pela Lei do Audiovisual. "Com isso, viabilizamos algumas séries de animação brasileiras em coprodução com o Canadá, como Peixonauta (ver boxe), Escola Pra Cachorro e Meu AmigãoZão, que tinham conseguido levantar dinheiro do lado canadense, mas não do brasileiro." Em julho deste ano, as ações do Procult ligadas ao setor audiovisual englobavam 25 projetos e representavam — sem incluir fundos de cinema nem

editais — desembolsos de R$ 103 milhões, para um valor total de R$ 237 milhões movimentados pelos projetos.

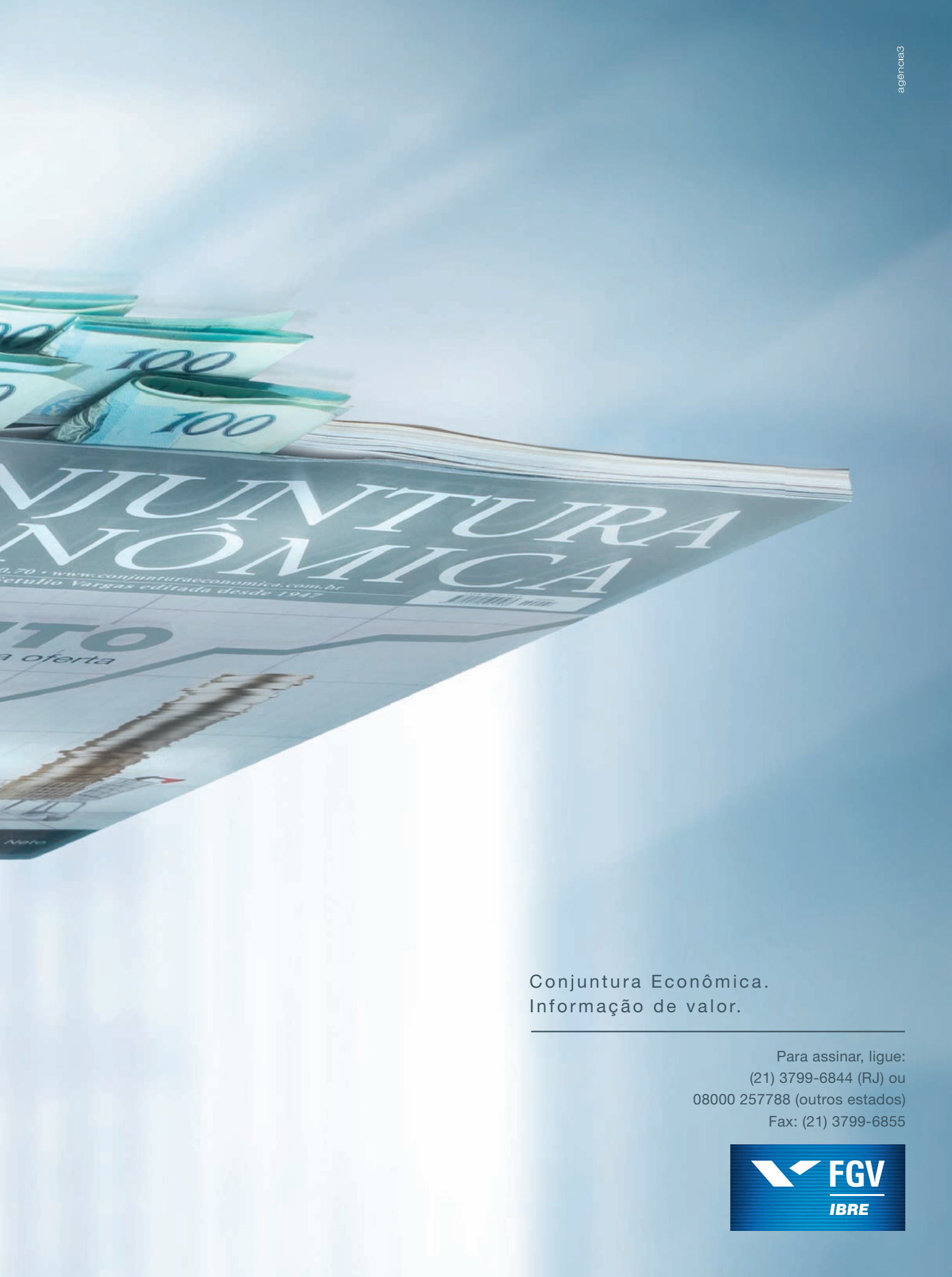
HORA DE ACELERAR

Mesmo com a pressa para recuperar o tempo perdido, os especialistas brasileiros demonstram otimismo em arrumar a casa para dar lugar aos negócios criativos. "Temos uma década excelente para isso, e precisamos aproveitá-la desde a largada", afirma Paula Acioli. "Contamos com uma economia dinâmica, com perspectiva de ficar melhor ainda; belezas naturais e uma população jovem em comparação à de muitos países, como os europeus, que está envelhecendo. É um frescor que provoca desejo", assegura. Edna, da Unctad, lembra que, além do benefício de uma mudança do padrão cultural da população, o Brasil ainda leva vantagem de ter uma classe média crescente. "Culturalmente, o padrão de consumo mudou muito, a favor da indústria criativa, já que os jovens passaram a consumir mais cedo e, com o aumento generalizado da expectativa de vida, os aposentados demandam mais produtos e serviços culturais e de entretenimento."

Por isso, a secretária Claudia Leitão afirma ter a agenda lotada. "Estamos construindo, junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplica (Ipea) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as bases para uma conta satélite da cultura. Não é fácil; a da saúde levou uns quatro anos para sair. Mas temos que dar o pontapé, pois, sem dados, não há política", diz. Além da obtenção de informações em nível nacional a partir de uma mesma metodologia, Claudia afirma que o foco da secretaria também tem outro grupo de objetivos, como fomento, formação, infraestrutura e marco regulatório. "É uma agenda ampla, porque envolve políticas interdisciplinares. Mas não é possível, por exemplo, pensar em economia criativa sem sair da tradição de ensino que implica uma grade curricular que verdadeiramente enjaula a forma de passar conhecimento; sem falar da inclusão digital e do problema da banda larga de má qualidade, ou de uma legislação além da Consolidação das Leis Trabalhistas para quem trabalha de forma sazonal, com um perfil diferente", exemplifica. Metas ambiciosas demais? Para Claudia, não. "Enfrentamos a oportunidade de desenvolver uma relação diferente da velha indústria tradicional, que alimenta a diversidade e não arrasa com identidades regionais; que é solidária e sustentável. Nós temos esse insumo, e é hora de privilegiá-lo." ■




CO
ECO
ABRIL 2010 • Vol. 64 • nº 04 • R$
FGV Uma publicação da Fundação
CRÉDI
Concorrência aumenta
CARTA DO IBRE
Dois mitos
das contas públicas
SEMINÁRIO
Os dilemas
do cenário externo
ENTREVISTA



agência3

Conjuntura Econômica.
Informação de valor.

Para assinar, ligue:
(21) 3799-6844 (RJ) ou
08000 257788 (outros estados)
Fax: (21) 3799-6855

FGV IBRE

Freio de arrumação

Cláudio Accioli, do Rio de Janeiro

Que a economia mundial vai crescer menos em 2011 já se sabia, mas a profundidade da crise enfrentada pelos Estados Unidos nos últimos meses surpreendeu a todos e já começa a ser precificada pelo mercado financeiro global. A análise desse quadro de incerteza econômica internacional e de seus efeitos sobre o Brasil é o destaque do Boletim Macro IBRE de agosto. "Nos Estados Unidos, a política monetária, que parecia ter mais fôlego para este ano, não produziu o resultado esperado, e o forte impasse político gerou maior instabilidade econômica interna. O risco de calote jamais foi tão próximo e palpável para o cidadão americano", avalia a economista Silvia Matos, coordenadora técnica da publicação. Segundo ela, esgotados instrumentos de política monetária, o ajuste fiscal deverá ocorrer via redução de gastos, pois os republicanos não aceitam aumento de impostos. "Isto reduzirá ainda mais as perspectivas de crescimento, aumentando a probabilidade de recessão na economia americana. Já na Europa, a desaceleração também atingiu os principais países da Zona do Euro, como Alemanha e França, o que aumenta ainda mais a gravidade da crise na região", diz a economista.

No Brasil, os impactos do cenário de desaceleração da economia internacional já começam a ser percebidos. E, de acordo com Silvia, têm um lado positivo e outro negativo. O primeiro é a capacidade de induzir uma redução do ritmo de crescimento do país, o que contribuiria para controlar a inflação, cujo comportamento preocupa: apesar das quedas consecutivas registradas entre janeiro e junho, a variação acumulada do IPCA em 12 meses avançou até julho, movimento que tende a continuar em agosto. Além disso, o núcleo de inflação não apresentou recuos constantes no primeiro semestre, indicando maior persistência da alta de preços. De acordo com o Boletim Macro IBRE, os primeiros dados referentes ao segundo semestre apontam para um cenário de indefinição, no qual não está descartada uma aceleração da inflação semelhante à ocorrida em igual período de 2010.

Já o lado negativo da incerteza mundial, na avaliação de Silvia, é o seu reflexo sobre os canais de investimento, que pode acarretar uma desaceleração do crescimento maior do que a esperada na economia brasileira. O desempenho estimado para a Formação Bruta de Capital Fixo em 2011 é de um avanço de cerca de 6%, muito inferior aos 21,8% registrados no ano passado. "É um movimento que pode comprometer ainda mais os resultados da indústria pelo lado da oferta, embora um crescimento da ordem de 3% do PIB já esteja praticamente assegurado pelo principal motor da economia, que é o setor de serviços. Não há sinais de crise nesse setor ou de qualquer tipo de ruptura na economia mundial no radar", analisa Silvia.

A economista do IBRE considera que, a partir de agora, o importante é observar como o cenário de menor crescimento da economia mundial atuará sobre o comportamento da inflação no Brasil. "Considerando-se os aspectos positivo e negativo, o que fica claro é que a situação externa representa uma janela de oportunidade para adotarmos as políticas corretas, buscando uma sintonia fina que permita ao país crescer na exata medida de suas possibilidades, para não aumentar ainda mais os desequilíbrios que foram intensificados pelas políticas adotadas no pós-crise."

A seguir, os demais destaques da edição de agosto do Boletim Macro IBRE.

⊙ Atividade Econômica

A atividade econômica está avançando em ritmo mais lento no Brasil desde abril, encerrando uma fase de taxas ascendentes iniciada em agosto do ano passado. O Indicador de Atividade Econômica (IAE) do IBRE registrou estabilidade em junho na comparação com maio. Com isso, a média móvel trimestral do índice recuou de 1,2% (valor revisado) no período encerrado em maio para 0,8% no terminado em junho, que era a previsão do Instituto para a evolução do PIB no segundo trimestre do ano e foi confirmada pelos números do IBGE. Esse percentual equivale a uma taxa anualizada de 3,2% — bem inferior à de 5,0% verificada no trimestre anterior. A desaceleração também é visível nas taxas acumuladas em 12 meses: depois de alcançar 6,2% em março, o IAE recuou para 4,7% em junho. Já no que toca à oferta, as projeções apontavam para uma forte desaceleração da indústria, com crescimento nulo, após alta de 2,2% no trimestre anterior — o que, de fato, ocorreu.

⊙ Análise das Sondagens IBRE

Influenciado pela piora das expectativas em relação aos meses seguintes, o Índice de Confiança da Indústria voltou a cair em julho, aprofundando a discrepância com os demais segmentos da economia. No setor de serviços, a perda de confiança é ainda discreta, compatível com um cenário de lenta desaceleração do nível de atividade no terceiro trimestre. Já o Índice de Confiança do Consumidor relativo a julho registrou alta (a

segunda consecutiva), revertendo o movimento observado nos meses imediatamente anteriores. Dentre os fatores que explicam a melhora da percepção quanto ao ambiente econômico, destacam-se o desempenho ainda favorável do mercado de trabalho e a menor preocupação com os rumos da inflação.

Emprego e Renda

A taxa de desemprego (PME) recuou 0,8 ponto percentual em junho na comparação com o mesmo mês de 2010. Já a taxa dessazonalizada permaneceu estável com relação a maio, mas há sinais de que sua redução é cada vez menor (0,3 p.p. no primeiro semestre de 2011, ante 0,6 p.p. em igual período do ano passado). A estimativa do Boletim era a de que a taxa de julho fosse muito próxima à de junho, previsão também confirmada pela divulgação do IBGE. Outro parâmetro que reforça esse aspecto é que o estoque de emprego formal (Caged/MTE) cresceu 0,33% em junho, com ajuste sazonal, contra mais de 0,5% em meses anteriores. A mudança estrutural observada no mercado de trabalho nos últimos anos, fruto da melhora da educação e da adoção de políticas públicas de incentivo à formalização, tem estimulado a busca por empregos de melhor qualidade e maior *status*, levando à queda da informalidade no setor, cuja taxa atingiu, em junho de 2011, seu menor nível histórico: 24,4%, com queda de 2 p.p. ante junho de 2010.

Inflação e Política Monetária

O IPA (Índice de Preços ao Produtor) registrou em julho o terceiro mês consecutivo de taxas negativas. Porém, se o ritmo de queda diminuiu mais uma vez, indicando que a deflação poderia ser passageira, a lentidão com que o índice retorna ao patamar positivo desperta curiosidade. Segundo os especialistas do IBRE, ela pode ser explicada, em parte, pelas quedas de preços de matérias-primas e insumos industriais. E, se esse movimento for devido à deterioração do cenário internacional — o que, de acordo com o Boletim, é prematuro afirmar —, pode-se supor que o novo ciclo recessivo favoreceria o controle da inflação brasileira. Na ponta do consumidor, a análise do IPCA à luz do primeiro quarto da amostra do IPC/FGV aponta para uma possível aceleração do indicador, contrariando a expectativa de arrefecimento das pressões inflacionárias. Quanto ao crédito, cujo estoque expandiu-se de 46,9% do PIB em maio, para 47,2% em junho, o Boletim destaca o possível aumento do risco de calote, dados os crescentes custos para os tomadores e o elevado grau de endividamento das famílias.

Política Fiscal

O balanço das contas públicas no primeiro semestre revela um vigoroso desempenho das receitas do governo, em grande medida por conta da arrecadação de IR e CSLL provenientes do pagamento da cota única relativa ao resultado das empresas no último trimestre de 2010 e da antecipação do ajuste anual referente ao lucro obtido no ano passado. Também contribuiu nesse sentido o aumento da receita de PIS e Cofins, fruto da expansão das vendas no comércio sustentada pelo maior dinamismo do mercado de trabalho, bem como as alterações na legislação tributária referente ao IPI e IOF e as receitas extraordinárias decorrentes do Refis da Crise. Mas o bom desempenho das contas públicas no primeiro semestre não garante o cumprimento da meta "cheia" nos próximos meses. Além de julho historicamente ser o mês em que ocorre o adiantamento das gratificações natalinas para os servidores federais, a necessidade de aumentar os investimentos em infraestrutura para a Copa do Mundo, as Olimpíadas e a exploração do pré-sal tende a pressionar os gastos no segundo semestre.

Setor Externo

A projeção do IBRE para o saldo da Balança Comercial é de US$ 21-22 bilhões, em um cenário de queda da demanda mundial balizado por dois aspectos: de um lado, não se espera que o sistema bancário enfrente turbulência como a que atingiu os mercados internacionais em 2008; de outro, a economia brasileira está reduzindo o seu ritmo de crescimento, o que tem impacto nas importações de matérias-primas. Quanto ao saldo em transações correntes, o déficit no primeiro semestre foi de US$ 25,5 bilhões, e a estimativa é de que alcance US$ 58-60 bilhões no ano. De acordo com o Boletim, o risco maior para as contas externas brasileiras está associado ao financiamento desse déficit, uma vez que, em caso de recessão mundial severa, os investidores tornam-se mais cautelosos e se voltam para aplicações tradicionais. Deve ser lembrado, porém, que, embora o grau de vulnerabilidade do Brasil tenha diminuído, em função do elevado nível de suas reservas internacionais, o país não está imune a choques externos — como mostraram os eventos pós-setembro de 2008.

Em Foco IBRE

Nessa seção aberta a temas econômicos relevantes, a edição de agosto do Boletim apresenta um ensaio do professor Paulo Picchetti, do IBRE/SP, sobre o IGMI-C (Índice Geral do Mercado Imobiliário Comercial), novo produto do Instituto lançado em fevereiro de 2011. Com série histórica iniciada em 2000, o indicador — mede a rentabilidade dos imóveis comerciais, calculada pela soma da rentabilidade do capital e da rentabilidade do fluxo de renda, principalmente aluguéis, gerada por esses imóveis — já tem resultados até o segundo trimestre. Um de seus objetivos é possibilitar a comparação da rentabilidade de uma carteira de imóveis tanto com a média do mercado quanto com a de outros ativos financeiros. Além disso, contribui para a análise de conjuntura macroeconômica, ao fornecer um parâmetro de evolução da valorização de ativos reais, principalmente imóveis. Nesse sentido, o IGMI-C deve ser complementado por um índice referente ao mercado de imóveis residenciais, o IGMI-R, em fase de construção.

A sinuca de bico americana

Fernando de Holanda Barbosa

A armadilha da liquidez, para muitos economistas da minha geração, era apenas uma curiosidade teórica, sem nenhuma relevância prática. A armadilha é um fenômeno que ocorre quando a taxa de juros de curto prazo, no mercado interbancário, torna-se praticamente igual a zero. A experiência japonesa, desde a década de 1990, e a crise financeira americana de 2007/08, obrigou os bancos centrais desses dois países a operarem com taxas de juros iguais a zero. Essa política não tem sido suficiente para fazer com que a economia volte ao pleno emprego e cresça de acordo com o seu potencial. O que fazer para que o paciente retorne à sua vida normal? A resposta para esta pergunta não é consensual entre os economistas, havendo, inclusive, aqueles que preferem uma postura ideológica, sem qualquer base teórica que sustente a argumentação.

Em uma recessão típica, a política monetária pode dar conta sozinha de colocar a economia de volta no pleno emprego. O banco central reduz a taxa de juros nominal no mercado interbancário, induzindo, por arbitragem do sistema financeiro, a queda das demais taxas de juros da economia. A taxa de inflação não é afetada imediatamente pela redução dos juros. Portanto, a taxa de juros real diminui fazendo com que consumidores e empresários aumentem a demanda agregada, reduzindo o desemprego e a capacidade ociosa. A dosagem do corte na taxa de juros, pelo banco central, deve ser suficiente para levar a economia ao pleno emprego. Não há necessidade de uma política fiscal discricionária nesse tipo de recessão porque os mecanismos fiscais contracíclicos, embutidos tanto nos impostos como nas despesas, ajudam no processo de combate à recessão.

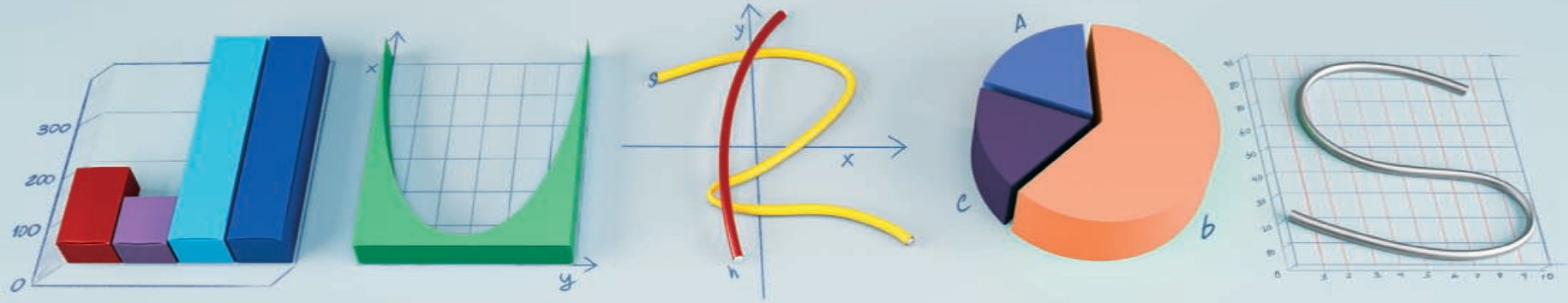
Em uma recessão atípica, que alguns estão denominando de grande contração, o instrumento convencional de política monetária, a taxa de juros do mercado interbancário, deixa de funcionar. O banco central reduz a taxa de juros até o seu limite inferior, que é igual a zero. Não há como o banco central fixar uma taxa de juros negativa em virtude da existência da moeda. O que fazer nessas circunstâncias? Uma alternativa, usada pelo banco central americano, é reduzir a taxa de juros de longo prazo, comprando títulos de longa maturidade. A segunda alternativa, posta em prática logo após o rebaixamento da dívida pública americana, foi anunciar que a taxa de juros zero permanece até meados de 2013, procurando convencer o mercado a reduzir as taxas de juros longas. O que mais se pode tirar desse baú? Qualquer medida que produza o aumento do estoque de moeda.

Nesse caso, o banco central poderia anunciar que aumentaria, por um determinado período, a meta da taxa de inflação, digamos de 2% para 4%. O objetivo dessa medida seria tornar bastante negativas as taxas de juros reais, desestimulando a poupança e estimulando os gastos em bens duráveis das famílias e os investimentos das empresas. O problema dessa alternativa é desfazer o nó mais adiante, isto é, trazer a taxa de inflação, em um futuro próximo, de volta para seu antigo patamar sem que haja recessão.

Apesar das várias alternativas usadas pelo banco central para tirar a economia americana dessa grande contração, ele sozinho não está dando conta do recado. Seria necessário contar com ajuda da política fiscal. Todavia, a pseudocrise da dívida pública no Congresso americano mostrou que daquela cartola não sai coelho: a ideologia ficou acima do interesse coletivo. A economia americana, quem diria, está numa sinuca de bico.

Fernando de Holanda Barbosa é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV

agência3



ECONOMIA:
quanto mais você aprende, mais simples ela parece.

- **Mestrado Profissional em Agronegócio**
- **Mestrado Profissional em Finanças e Economia**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
EESP
Escola de Economia de São Paulo

Inscrições até 24/10/2011 | www.fgv.br/eesp | Conheça também os Cursos Master da EESP.

Viés de baixa

Com medidas protecionistas e de pouca profundidade, nova política industrial frustra expectativas

Cláudio Accioli e Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Uma combinação de decepção e ceticismo marca a maioria das análises feitas para a *Conjuntura Econômica* por economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (IBRE/FGV) sobre a nova política industrial do país, o Plano Brasil Maior, anunciada no dia 2 de agosto. Com maior ou menor ênfase, de acordo com as nuances inerentes a cada área de *expertise*, todos consideram as medidas insuficientes como vetores de recuperação da competitividade perdida, configurando muito mais um socorro pontual aos segmentos mais fragilizados, impactados sobretudo pela questão cambial. "Recebo o plano com ceticismo, pois creio que a proteção a setores industriais só gera ineficiência, não crescimento", resume a economista Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro IBRE.

Também houve consenso quanto aos principais aspectos positivos e negativos do programa. No primeiro caso, o destaque foi a desoneração da folha de pagamento para os setores de confecção, calçados, móveis e tecnologia da informação. "É a grande novidade, já que representa uma mudança de paradigma. Pela primeira vez, o governo parece aceitar a ideia de que o aumento da produtividade na indústria pode ocorrer pela redução do custo trabalhista, e não necessariamente do câmbio. Se não é a política de eficiência que esperávamos, não deixa de ser o primeiro passo na direção correta", observa Silvia, acrescentando que os setores beneficiados devem ganhar competitividade, mas não a ponto de conquistar mercado no exterior. "Claro que a indústria está sofrendo mais, principalmente nos segmentos menos competitivos e intensivos em mão de obra. Mas o câmbio é apenas parte dessa história, que também inclui um processo produtivo caro e ineficiente e uma concorrência acirrada."

No outro extremo, a preferência de até 25% para manufaturados e serviços nacionais nas compras governamentais é citada como um dos pontos mais reprováveis do programa. "Não tem sentido o governo pagar mais caro por um bem somente por ele ser nacional, em vez de criar as condições para que custe menos. A medida é inconcebível, um incentivo à ineficiência, e justamente quando o Brasil está correndo contra o tempo, dado o cenário mundial de incerteza", afirma Silvia.

A seguir, as análises de economistas do IBRE sobre os principais aspectos do Plano Brasil Maior.

"Defesa comercial pressiona, mas não resolve"



Lia Valls Pereira

Na área de comércio exterior, essa política está muito fluida, tem pouca substância. Por exemplo, sobre uma das grandes medidas de desoneração de exportações, o regime Reintegra. Primeiro o governo anunciou um percentual de 4%; e depois falou que era no máximo 3%, que seria por setor, e dependeria do nível de conteúdo importado. Não é bom. No Brasil, você anuncia as coisas antes de ter resolvido tudo. Quando acontece isso, você dá vazão para grupos de *lobby* que buscam disputar quem vai ganhar mais. Além de poder ficar aprisionado pelos interesses setoriais, essa forma também dá margem para que a medida se perca, fique confusa. Um dos pontos sensíveis para os empresários, sem dúvida, é a questão de tributação, porque é em cadeia. O que o setor exportador pede é que o Brasil tenha um tributo único sobre valor adicionado. Mas isso depende de uma reforma que não se consegue fazer, e então o governo vai criando outros mecanismos, desonerando alguma coisa. Mas essa, sem dúvida, não é a solução.

Quanto ao financiamento, a medida de maior destaque é o fundo de financiamento à exportação para micro e pequenas empresas. Ajudar esse segmento é sempre bom, pois emprega muito, mas há dois pontos. O primeiro é que não resolve nosso problema da balança comercial, pois a maioria das exportações está concentrada nas grandes companhias. O segundo é que a dificuldade das pequenas empresas não é entrar no comércio exterior, mas se manter nele, e para isso só financiamento não resolve: é preciso fazer acompanhamento, trabalhar como incubadora, dar outras garantias.

Já no caso da defesa comercial, é claro que é importante melhorar, aumentar a equipe. Mas isso não pode ser usado como mecanismo para vedar a importação. Quando se trata de aumentar as exigências, ampliar controle com o Inmetro, com o aduaneiro, isso precisa ser feito de forma adequada, pois senão poderá aumentar ainda mais os custos de transação. Outro ponto perigoso é o debate de aumentar para 100 os produtos com alíquota máxima de 35% na tarifa de importação, pois isso pode deixar de ser temporário e virar permanente. O que permeia essa preocupação é a questão cambial e, para isso, a defesa comercial pressiona, mas não resolve. Além disso, medidas como essa trazem risco, podem causar confusão entre nossos parceiros comerciais. Precisamos de medidas com impacto. Desonerar mais as cadeias, atacar o custo portuário, que também não é simples, e até facilitar e reduzir o custo de transação de importação para alguns setores, que poderão ser prejudicados se criarmos muita burocracia, porque eles ainda precisam da importação para se modernizar.



Salomão Quadros

"É prematuro avaliar impacto nos preços"

Creio que o programa apresenta aspectos distintos no que diz respeito à abrangência das propostas. No caso da inovação, vemos medidas voltadas ao longo prazo. Já no que toca à defesa da indústria e do mercado interno, nota-se uma ação mais direcionada à solução de problemas específicos de curto prazo. É o caso da desoneração da folha de pagamento, que deveria ser horizontal, abrangente, e não restrita a alguns setores. Sem dúvida, são segmentos com grande potencial de geração de empregos, mas o setor de serviços, por exemplo, tem um potencial ainda maior e não foi contemplado. Portanto, a desoneração adotada me parece mais uma medida pontual para atenuar os prejuízos sofridos por esses setores, em função da concorrência estrangeira e do câmbio valorizado, do que uma política de longo prazo de estímulo ao emprego. Em qualquer economia, a folha de pagamento representa uma base tributária imprescindível para financiar os programas de seguridade social e previdência, que estão intimamente associados ao trabalho. O problema está no excesso da tributação, que estimula a informalidade. A longo prazo, uma redução gradual das alíquotas certamente favoreceria a formalização do emprego e, consequentemente, um aumento da receita para as áreas de saúde e previdência. No entanto, seria necessário complementar esses recursos com outras fontes, possivelmente aumentando a taxação do faturamento das empresas, de forma a se obter um maior equilíbrio tributário. Quanto à questão das compras governamentais, creio que a margem de preferência de até 25% para produtos nacionais abre espaço para a ineficiência e pode provocar pressões localizadas sobre os produtos objeto dessas licitações. Mas como esse tipo de compra não necessariamente se transforma em bens e serviços privados, seria prematuro avaliar qual o impacto sobre os preços. É possível que os índices captem alguns picos isolados, mas não se pode afirmar que haverá estímulo ao processo inflacionário, pois esse movimento pressupõe altas sistemáticas nos preços da economia.



"Níveis de informalidade no emprego devem cair"



Rodrigo Leandro de Moura

No que diz respeito à geração de empregos, a desoneração da folha de pagamento, por ter se limitado a poucos setores, tende a gerar um impacto quase marginal nos dados agregados. Mas tudo indica que será o primeiro passo para a extensão a outros segmentos da economia. Embora tenha sido criado um imposto sobre o faturamento das empresas beneficiadas, o efeito líquido para elas deve ser positivo. O primeiro desdobramento dessa medida é uma provável queda dos níveis de informalidade, que, se não se mostram tão elevados na indústria em geral, são bastante expressivos nos setores contemplados. Certamente haverá um estímulo à formalização dos vínculos empregatícios nesses setores, mas provavelmente imperceptível no agregado. Com relação ao emprego formal, também se pode esperar alguma melhora, apesar do aquecimento já atípico do mercado de trabalho. A dúvida é até que ponto as empresas vão transformar o incentivo em lucro ou investir no aumento da produção, com a consequente criação de novos postos de trabalho. Quanto aos salários, não creio que haja um impacto muito significativo, não apenas porque já estão em um patamar elevado, de forma geral, mas também porque a alta rotatividade ainda observada nesses setores, aliada a um início de desaquecimento do mercado de trabalho, tende a reduzir o poder de barganha dos trabalhadores. Já no caso das compras governamentais, trata-se de uma prática adotada pelos governos como forma de fomentar a indústria nacional e incentivar a inovação no processo produtivo. O lado positivo dessa política industrial é a sua capacidade de estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento em setores de ponta e gerar externalidades positivas para toda a sociedade, ampliando as possibilidades de crescimento dos demais setores da economia. Mas há também um aspecto preocupante: o risco de que o pagamento de até 25% a mais por produtos nacionais nas licitações e compras do governo federal produza o efeito contrário, ou seja, ineficiência e queda de produtividade, recriando uma espécie de reserva de mercado. Para evitá-lo, são fundamentais as regras que preveem a interrupção dessa vantagem a partir de determinado momento, para que a empresa não desfrute de uma situação privilegiada por tempo indeterminado. No geral, creio que as medidas adotadas tendem a ter um impacto pequeno no mercado de trabalho a curto prazo, seja por estarem restritas a alguns setores, no caso da desoneração, ou por levarem algum tempo para surtir efeito, no caso da inovação. Não deverão, portanto, apressar a queda da taxa de desemprego, que já apresenta sinais de desaceleração, com previsão de se manter estável na casa dos 6% até o final do ano.



Pedro Cavalcanti

"Diagnóstico equivocado"

A partir de um diagnóstico parcialmente equivocado, de que a indústria manufatureira nacional vive uma crise provocada pela competição predatória de produtos estrangeiros, notadamente chineses, e pela "guerra cambial", o plano propõe medidas que não resolverão o problema, provavelmente afetarão negativamente a produtividade geral da economia e, além disso, beneficiam de maneira injustificada grupos de interesses e setores específicos, em detrimento da população como um todo. Há dois equívocos. O primeiro diz respeito ao fato de que os dados disponíveis não revelam uma crise generalizada, mas sim problemas sérios em alguns setores mais atingidos pela competição internacional, enquanto outros, como a indústria automobilística, crescem a taxas vigorosas. Os números não justificam, portanto, o volume brutal de benefícios atuais nem sua intensificação com o plano. O segundo equívoco é considerar que o câmbio valorizado estaria na raiz do problema. Mesmo que fosse o caso, há uma série de distorções tão ou mais importantes que estão sendo ignoradas, como a estrutura tributária custosa e burocrática e a carga de impostos excessivamente alta. Além disso, em grande parte, a valorização cambial é causada pelo capital estrangeiro que ingressa no país atraído pelas altas taxas de juros, por sua vez destinadas a combater uma inflação causada, entre outros fatores, pelo excesso de gastos do governo e expansão do crédito. Aqui, também, não se está enfrentando o problema, pois as transferências do Tesouro para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se mantêm altas e não há qualquer programa visando enfrentar dificuldades fiscais mais de longo prazo. Mas o programa apresenta medidas positivas, tais como a redução do prazo de devolução do PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as compras de bens de capital; a desoneração do IPI sobre os bens de investimento; e um significativo aumento dos recursos para a inovação e desoneração da folha de pagamento, embora aqui tenham se frustrado as expectativas, com a inclusão de somente quatro setores. Os pontos positivos, entretanto, não dão o tom e muito menos estão na essência do plano.

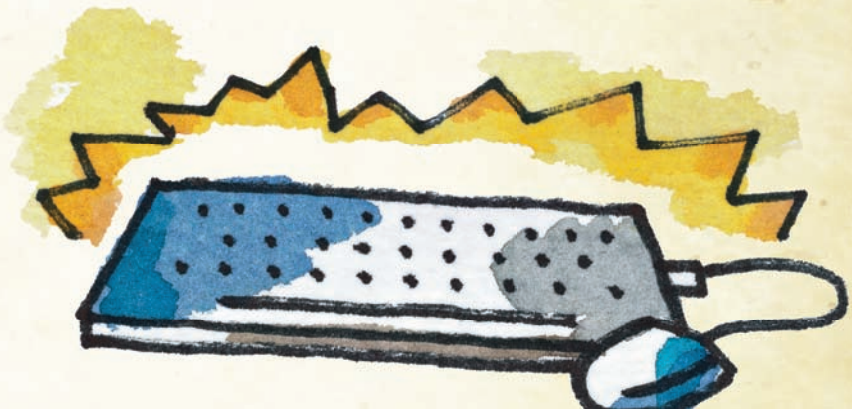


"A nossa história nos condena"



Fernando de Holanda Barbosa Filho

Até agora não consigo identificar um projeto formal, um arcabouço; vejo peças aleatórias, mas não a imagem que esse quebra-cabeça pretende formar. Em geral, não identifico como positivas as políticas industriais que existiram no Brasil. Até agora, configuraram-se como uma transferência de renda para os setores que fizeram seu *lobby* da forma mais adequada. Ou seja, resultaram em benefícios a certos grupos, e não necessariamente ao país. Nesse processo, nem sempre se escolhe o vencedor correto. Veja, por exemplo, o caso da Lei de Informática: não geramos uma indústria competitiva. Quando essas empresas foram expostas à concorrência, não conseguiram sobreviver. A nossa história nos condena. O fato é que qualquer política industrial que não cobre desempenho, como acontece com as asiáticas, passa a ser política de distribuição de renda. Há setores contemplados no Brasil Maior que identificamos que realmente foram prejudicados pela apreciação cambial e tiveram sua competitividade muito afetada nos últimos anos. Mas a ajuda não deveria ser necessariamente essa. Há medidas efetivamente boas no geral, como a desoneração da folha de pagamento. Em casos como o da confecção, por exemplo, há um alto grau de informalidade, de empreendedores individuais, e uma forte concorrência dos produtos chineses. Isso realmente pode ajudar, embora esse impacto não seja neutro — com exceção da Previdência, haverá a transferência de arrecadação de impostos, de recursos, de um setor para o outro. O melhor, entretanto, seria escolher uma forma que atendesse à economia como um todo. O problema de escolher alguns setores é que no passado isso já não deu resultado, sobretudo quando não está atrelado a uma medida de desempenho. Vamos cometer o mesmo erro? Como o governo fará para evitá-lo?





Mauricio Canêdo

"Inovação não combina com zona de conforto"

A impressão que tive é a de que o Brasil Maior tem muito pouco do que se costuma definir como política industrial, que visa ao longo prazo, até porque boa parte das medidas tem hora para acabar. Ela parece ter vindo mais para amenizar problemas estruturais da indústria (questões cambiais, concorrência dos chineses, custo Brasil etc.). Vendo o anúncio das medidas, ficou claro que, em vez de inovação, como o governo havia apontado anteriormente, a ênfase foi dada à proteção do mercado interno. Dentro do marco legal, a política de fomento à inovação tem migrado para fomentar inovação no âmbito das empresas, e não apenas nas universidades, e acho que há uma continuação, com a possibilidade do financiamento de entidades privadas sem fins lucrativos. Quanto ao financiamento, vimos apenas o reforço de programas do BNDES e o aumento do caixa da Financiadora Nacional de Estudos e Projetos (Finep) em R$ 2 bilhões, o que pode ser um sinal de que o BNDES ainda não está tão preparado para lidar com essa área, pois não é um banco habituado a financiar o não tangível. A desoneração da folha de pagamento de alguns setores vai na direção correta. Espero que possa ser de fato o primeiro passo para uma redução mais ampla dos encargos sobre os salários. Outra coisa que se percebe, talvez por conta da pressa, é que boa parte das medidas relacionadas ao estímulo para o investimento e à inovação representa uma continuação ou extensão do que já se tinha feito. Além do mais, são coisas mais fáceis de se executar. O grande desafio seria colocar em prática políticas que não são tão imediatas, montar um ambiente propício para que as empresas inovem. Isso passa por uma engenharia institucional complexa, e não estamos conseguindo avançar nessa agenda. Veja a questão da margem de preferência às compras governamentais. Essa lei é do começo de 2010, e se dizia que sua motivação principal era usar o poder de compra do governo para estimular a inovação. Entretanto, ela foi colocada dentro das medidas de defesa da indústria e do mercado interno. Isso é emblemático sobre para que vai servir: é para fazer reserva de mercado, e isso a gente já viu que não funciona. Essas medidas que protegem o mercado interno para as empresas domésticas andam na contramão. As empresas não inovam porque acham bonito, e sim porque são pressionadas pela concorrência. Inovação não combina com zona de conforto.

"Parece uma árvore de Natal"



Armando Castelar

A política contém algumas iniciativas boas. A preocupação com inovação é saudável. A medida mais interessante do pacote inteiro é a questão de desoneração de folha. Ainda que tenha um caráter protecionista, a médio prazo pode ter um impacto importante sobre a formalização da mão de obra no Brasil, reduzindo a informalidade. Acho que a ideia de começar por alguns setores faz sentido, tanto pela necessidade de entender melhor os impactos disso, quanto pelo fato de que o Brasil hoje em dia vive uma situação de pleno emprego; então, não se pode acrescentar muito à demanda, era preciso desinflacionar. Então é sensato ir aos poucos para aprender e assimilar esse processo. O que vejo de ruim: falta ao projeto uma coordenação, é difícil de entender a relação entre as iniciativas, por que fazem parte de um programa único, e o que se pretende atingir com elas. Sem saber quais as metas, é difícil avaliar se essas medidas são as mais adequadas e se elas se concatenam para produzir o resultado esperado. Lembra um pouco uma árvore de Natal em que se diz: "pendura mais essa medida aí". Além de avaliar cada medida individualmente, deveríamos analisá-las como um conjunto, e isso não é possível. É uma lacuna ruim, já que tiveram tanto tempo para discutir o programa. Esse anúncio teve a preocupação de mostrar que o governo não estava insensível às dificuldades que a indústria vem atravessando, mas não sei se tem magnitude suficiente para enfrentar o desafio que vem sendo criado pela valorização do câmbio.

OS DESTAQUES DO BRASIL MAIOR

Defesa da Indústria e do Mercado Interno

- Redução, a zero, da alíquota previdenciária de 20% incidente sobre a folha de pagamento nos setores de confecções, calçados, móveis e tecnologia da informação.
- Instituição de margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais, com foco nos setores de complexo de saúde, defesa, têxtil e confecção, calçados, tecnologia da informação e comunicação.
- Criação de um novo regime para o setor automotivo, com incentivo tributário em contrapartida a investimento, agregação de valor, emprego e inovação.

Estímulos ao Investimento e à Inovação

- Prorrogação por mais 12 meses da redução de IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves.
- Redução gradual do prazo para devolução dos créditos do PIS-Pasep/Cofins sobre bens de capital, de 12 meses para apropriação imediata.
- Extensão do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES até dezembro de 2012, com orçamento de R$ 75 bilhões.
- Ampliação do capital de giro para pequenas e médias empresas de R$ 3,4 para R$ 10,4 bilhões, por meio do BNDES.
- Aumento de crédito de R$ 2 bilhões do BNDES para ampliar carteira de inovação da Finep em 2011.

Comércio Exterior

- Instituição do Reintegra, com devolução ao exportador de bens industrializados de 3% sobre valor exportado.
- Redução de prazos na defesa comercial (antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias), de 15 para 10 meses (investigação) e de 240 para 120 dias (aplicação de direito provisório).
- Criação de Fundo de Financiamento à Exportação para empresas com faturamento de até R$ 60 milhões.

Pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito: informar ou proibir?

Antônio José Maristrello Porto e
Lucas Thevenard Gomes

O Banco Central (BC), pela Circular Bacen nº 3.512/10, dispõe sobre o valor do pagamento mínimo das faturas de cartões de crédito. O BC estabelece que, a partir de 1º de junho deste ano, o pagamento mínimo não poderá ser inferior a 15% do valor total da fatura. A partir de 1º de dezembro, não poderá ser inferior a 20%. Antes da emissão da circular, não havia essa exigência, e o controle do percentual mínimo de pagamento da fatura era determinado pelas próprias instituições financeiras, e variava em torno de 10%. Se por um lado os consumeristas brasileiros comemoraram a medida, aqueles que se guiam pela teoria econômica tendem a desconfiar de iniciativas como essa.

A medida do BC pode ser entendida como um mecanismo de redução da oferta de crédito para controle da inflação. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) havia atingido valores mensais elevados no final de 2010 (0,75%, em outubro, e 0,83%, em novembro), e fechado o ano com o acumulado de 5,91%, o maior desde 2005.

Outra possível razão para a medida do BC, contudo, é a contenção do endividamento bancário pelos consumidores. Em uma pesquisa da Confederação Nacional do Comércio acerca do nível médio de endividamento de pessoas físicas, foram entrevistados 17,8 mil consumidores de todas as capitais e do Distrito Federal. Do total, 63% afirmaram possuir dívidas correntes, e 35,6% classificaram o próprio nível de endividamento como "alto" ou "médio". O cartão de crédito é apontado por 72,5% das famílias endividadas como principal meio de contração de dívidas.

A questão do superendividamento do consumidor brasileiro vem recebendo maior atenção das intituições de defesa do consumidor nos últimos anos. Visando regular precisamente essa matéria, o presidente do Senado, José Sarney, instalou em dezembro passado uma comissão com o prazo de 180 dias para elaborar um anteprojeto de lei com reformas ao atual Código de Defesa do Consumidor. A comissão será presidida por Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça, que participou também da elaboração do texto original do atual Código. O principal objetivo é elaborar normas para proteção dos consumidores contra o superendividamento.

Proteção

Os consumeristas brasileiros têm considerado essas medidas que visam à contenção do endividamento da pessoa física como avanços no sentido da proteção do consumidor. O Direito do Consumidor brasileiro é essencialmente protetivo e parte da assunção de que o consumidor encontra-se em posição vulnerável, o que justificaria medidas regulatórias no sentido de manter o equilíbrio das relações de consumo, evitando abusos contra os consumidores.

Essa visão não é frequentemente partilhada pela teoria econômica, que pressupõe que os indivíduos são racionais, ou seja, tomam decisões com o objetivo de maximizar seu bem-estar individual, e possuem mais informações sobre suas próprias preferências do que agentes reguladores. Assim, em mercados competitivos, medidas como a decisão do BC de instituir um piso para o pagamento mínimo da fatura de cartões de crédito seriam prejudiciais para os consumidores, na medida em que diminuem a

oferta de crédito, e limitam as opções de tomada de empréstimos diponibilizadas pelo mercado.

Essa controvérsia, estabelecida entre juristas e economistas, pode estar sendo solucionada, nos últimos anos, pela psicologia. A economia comportamental, uma linha de pesquisa relativamente recente dentro da teoria econômica, utiliza conceitos advindos da psicologia para compreender o comportamento dos indivíduos no mercado. Ela parte do pressuposto de que seres humanos tomam frequentemente decisões enviesadas, ou seja, adotam atalhos decisórios que nem sempre coincidem com a hipótese de racionalidade da economia tradicional. Nos últimos anos, alguns economistas vêm dedicando amplos esforços à compreensão de como vieses recorrentes do comportamento humano podem levar a distorções econômicas no mercado financeiro.

Um desses vieses diz respeito à dificuldade dos indivíduos em compreender intuitivamente taxas de crescimento exponenciais ou geométricas. Esse viés pode ser observado no caso do pagamento mínimo das faturas de cartões de crédito. Consideremos, por exemplo, uma dívida inicial de R$ 1.000,00. Tendo em vista que as taxas de juros sobre cartões de crédito variam em torno de 10,5% (desconsiderando-se a incidência de impostos e taxas) concluímos que um consumidor que paga apenas o valor mínimo de 10% da fatura ao mês terá despendido, ao longo de um ano, pouco mais de R$ 1.200,00, e continuará devendo algo em torno de R$ 1.000,00. Ou seja, depois de um ano, ele já terá pago um valor superior a sua dívida, e ainda deverá o mesmo ao banco.

Esse cenário torna-se ainda mais alarmante quando os consumidores superestimam suas capacidades de reduzir custos no futuro, ou seja, de diminuir as despesas do próximo mês. Esse é outro viés comportamental recorrente, manifestado em uma tendência humana de adiar a solução de problemas. O consumidor que assume dívidas mensais, saldando a cada mês apenas o valor do pagamento mínimo, pode se deparar rapidamente com um crescimento excessivamente acelerado de sua dívida. Nesse caso, um consumidor que assuma, por exemplo, dívidas mensais em torno de R$ 500,00, ao cabo de um ano, terá despendido cerca de R$ 3.900,00, e acumulado uma dívida de R$ 6.000,00.

A intervenção do BC regulando o valor do pagamento mínimo das faturas de cartões de crédito limita a tomada de decisão do consumidor

Informação

Uma solução para esse problema seria corrigir a possível assimetria de informação que permeia essa relação. O BC poderia por meio de uma circular, dispor sobre a obrigação, das instituições financeiras e demais instituições que emitem cartão de crédito, de divulgar aos seus clientes as consequências do pagamento inferior a 20% da fatura. Ao que parece, o BC assumiu que a simples correção dessa falha de mercado não seria capaz de solucionar o problema do superendividamento. Outra solução é uma intervenção mais direta na escolha do consumidor, como a adotada pela circular. Trata-se de um tipo de medida regulatória mais severa, uma vez que atinge diretamente a disponibilidade de crédito para os consumidores.

Com efeito, a intervenção do BC regulando o valor do pagamento mínimo das faturas de cartões de crédito limita a tomada de decisão do consumidor e, portanto, é suscetível de críticas pelos que defendem a liberdade decisória dos indivíduos. Porém, ao utilizar os subsídios da economia comportamental, essa regulação encontra respaldo para promover um mecanismo que visa sanar um viés comportamental do consumidor, que pode levá-lo ao superendividamento. Ao mesmo tempo, indiretamente, essa regulação pode reduzir a quantidade de crédito, aliviando, subsidiariamente, a pressão sobre a inflação.

Antônio José Maristrello Porto é professor da FGV Direito Rio e coordenador do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE). Lucas Thevenard Gomes é pesquisador do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE)



Economia das religiões

Marcelo Neri

A análise da evolução do conjunto de variáveis socioeconômicas dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, aí incluindo casamentos, fertilidade, ocupação, renda, moradia, acesso a bens de consumo, entre muitas outras, revela que nenhuma mudou tanto quanto as que se referem à composição religiosa da população brasileira. A taxa de participação dos católicos no país, que já vinha caindo desde os primeiros registros censitários brasileiros de 1872, cai a taxas aceleradas nos anos 1990.

O Censo é tradicionalmente a base de dados usada nos diversos estudos acerca da religiosidade do brasileiro, mas as estatísticas referentes ao Censo 2010 ainda não foram disponibilizadas pelo IBGE. Outro trabalho, de 2007, do Centro de Políticas Sociais (CPS) demonstrou a partir do processamento de microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2003, também produzida pelo IBGE, que pela primeira vez em mais de um século a proporção de católicos no Brasil parou de cair, mantendo-se surpreendentemente estável no primeiro quarto de década, com 73,79%, em 2003.

De lá para cá pouco se sabe em bases de representatividade nacional o que houve com o catolicismo no Brasil. Demonstramos a partir da nova POF a volta da queda do catolicismo no Brasil chegando a 68,4%, em 2009 (vide www.fgv.br/cps/religião). A queda

Foto: arquivo ABr

do catolicismo nos anos 1990 e nos últimos seis anos é dez vezes maior que o secular declínio ocorrido entre 1872 e 1970 de 1 ponto percentual por década, conforme ilustra o gráfico.

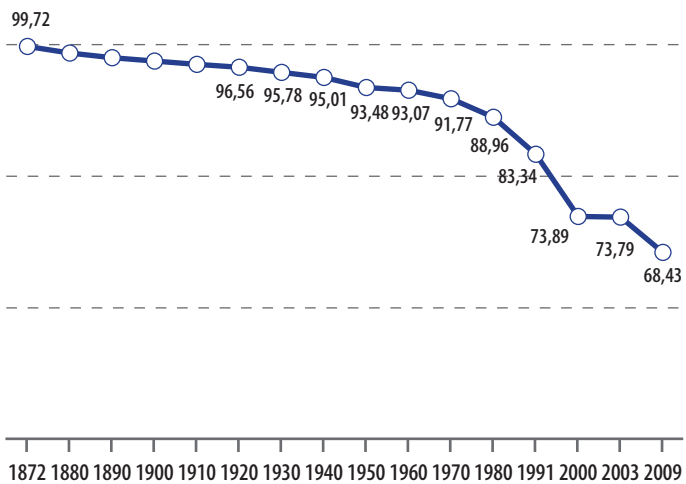
Os evangélicos, incluindo-se tanto os ramos tradicionais quanto pentecostais, seguem a sua trajetória de crescimento, passando de 16,2% para 17,9% nos primeiros anos desta década chegando a 20,2% em 2009. Os "sem religião", cuja participação caiu de 7,4%, em 2000, para 5,1%, em 2003, mas subiu para 6,72%, em 2009. Ou seja, a religiosidade não esteve em baixa no Brasil na alvorada do novo milênio e, além disso, houve diversificação das crenças alternativas na década passada. As religiões alternativas, que saíram de 2,6%, em 2000, para 3,2%, em 2003, sofreram particular incremento nos seis anos seguintes, chegando a 4,62%, em 2009.

Idade

A interrupção da queda católica entre 2000 e 2003 é visível nas séries para todos os grupos etários — as curvas desses anos, de tão sobrepostas, parecem idênticas. Agora, quando analisamos o que houve de lá para cá, ou seja, a evolução recente entre 2003 e 2009, observamos queda na proporção de católicos em todas as faixas etárias. Essa mudança foi menor para os grupos com idade mais avançada (a taxa cai de 77,53% para 74,24% para aquele acima de 60 anos), enquanto nas faixas mais jovens registra queda maior (a taxa cai de 75,22% para 67,49% de 15 a 19 anos de idade). Se voltarmos a 1991, os grupos jovens, como os de 15 a 19 anos (84,66%), eram mais católicos do que aqueles com idade superior a 60 anos (82,83%) — hoje, ocorre o oposto. Isto é, mesmo presente em todos os grupos, a queda do catolicismo é maior entre os jovens, o público-alvo da Jornada Mundial da Juventude em 2013, no Rio de Janeiro.

As mulheres, mais religiosas do que os homens desde

Brasil: participação de católicos na população (%)



Fonte: CPS/FGV a partir do processamento de dados publicados e microdados do IBGE.

A queda recente do catolicismo é dez vezes maior que o secular declínio ocorrido entre 1872 e 1970 de um ponto percentual por década

O declínio do catolicismo é maior entre os jovens, o público-alvo da Jornada Mundial da Juventude, em 2013, no Rio

que o mundo é mundo e o Brasil é Brasil: 5% delas não professam nenhuma religião, contra 8,52% deles. Mas hoje elas são menos católicas que eles: entre os que possuem religião a proporção de católicos é 75,3% neles e 71,3% nelas. Em um grupo das 25 principais religiões, a predominância relativa das mulheres se dá em 23 delas, segundo a POF 2009. As exceções são dois segmentos do catolicismo.

Enquanto os homens abandonaram as crenças, as mulheres trocaram de crença, preservando mais que eles a religiosidade. O catolicismo é patriarcal, já a religiosidade é mais feminina que masculina, sendo passada da mãe às filhas e aos filhos. As gestantes são menos católicas que as demais mulheres. Talvez por isso, como vimos, a infância e a juventude brasileira de hoje, retrato do futuro, sejam menos católicas que as demais faixas etárias.

Classes

Olhando as classes econômicas mais importantes nas diferentes denominações religiosas desagregadas. Senão vejamos: entre os sem religião, a classe E sobressai como a mais importante de todas as demais (7,72% dos pobres não possuem religião), seguida do topo da distribuição da classe AB (6,91%). Entre os católicos apostólicos romanos os pontos mais altos também estão nos extremos da distribuição de renda, sendo 72,37% dos pobres e 68,58% na classe AB. A classe econômica mais importante para a segunda denominação, a dos integrantes da Assembleia de Deus pertencente aos evangélicos pentecostais, é a classe D (8,09%), seguida dos pobres. Já a denominação batista pertencente às evangélicas tradicionais ou de missão estão mais concentradas na nova classe média, a C (3,51%), e na classe AB (2,66%), diminuindo nos níveis mais baixos de renda. Finalmente, a taxa de adesão à religião espírita sobe monotonicamente com a renda (de 0,31%, na classe E, para 5,25%, na AB, correspondendo à segunda corrente religiosa isolada nessa faixa econômica).

Menos da metade da população fluminense se diz católica (49,83%), a penúltima unidade da federação (UF) apenas atrás de Roraima. Piauí era das 27 unidades a mais católica: 87,93% de sua população. O estado do Rio de Janeiro é o segundo no ranking da menor religiosidade, com apenas 15,95% de sua população sem religião. Piauí ocupa o topo do ranking da religiosidade e Roraima mais uma vez o extremo oposto.

O estado com a maior participação de evangélicos pentecostais é o Acre (24,18%) e nas demais denominações evangélicas que inclui as tradicionais o líder é o Espírito Santo (15,09%). O estado do Rio de Janeiro é recordista em religiões espíritas (3,37%) e também nas afro-brasileiras (1,61%), segundo (0,69%) nas religiões orientais, logo depois de São Paulo (0,78%), e terceiro no conjunto das demais religiões (3,62%), após Pernambuco (4,25%) e Roraima (6,17%).

Independentemente do credo, qual é a importância da religiosidade no Brasil *vis-à-vis* outras nações? Em termos de religiosidade ativa, o Brasil está exatamente no meio do ranking global de 156 países, com 50% de

sua população frequentando cultos religiosos de qualquer credo. Não existe correlação entre frequência a cultos religiosos e nível de renda.

Ainda na comparação das nações, o Brasil está em 60º lugar com 89% de sua população concordando que religião é importante. Note-se que o Brasil está no grupo de países do sul, em geral de renda mais baixa, como África, Sudeste Asiático e vizinhos latino-americanos (fora Argentina, Chile, Equador e Uruguai). Em suma, em países mais pobres, a religião parece mais fundamental.

A exemplo da assiduidade aos cultos, a importância dada à religião no Brasil também é maior para mulheres (93%) do que para homens (85%). Assim como para pessoas de idade mais avançada (91% das acima de 50 anos) do que para jovens (83% dos entre 15 e 24 anos). Esses dois dados refletem o fato de que os grupos mais adeptos a religiões como mulheres e idosos, também conferem maior importância a essas atividades, assim como são mais assíduos nas cerimônias religiosas.

BRICs e PIIGS

O Brasil não é só o país com a maior população católica do mundo, como simbolicamente é o único que integra o grupo dos maiores países emergentes dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). O dado comum aos países submergentes do chamado grupo dos PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha) é o catolicismo. Como reflexo do estado da economia, em Madri, ocorreu uma série de protestos contra os custos da jornada. Se Max Weber fosse vivo, veria na crise econômica atual uma confirmação de sua tese sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo publicada 106 anos atrás.

Será o Brasil exceção à tese weberiana? Os estados mais católicos brasileiros são os nordestinos, com 74,9% de sua população. Esses estados estão crescendo mais forte que os demais. De 2001 a 2009, a renda do Nordeste cresceu 41,8% contra 15,8% no Sudeste, a região menos católica com 64,3% de sua população. De 2001 a 2008, a capital brasileira onde a renda cresceu mais foi Teresina, com 56,2%, e entre as periferias das grandes metrópoles, isto é, contando todos os municípios da metrópole menos a capital, onde a renda cresceu mais foi na periferia da Grande Fortaleza. Em suas respectivas categorias geográficas, isto é, capital dos estados e periferia metropolitana, estas são as mais católicas do país com 80,7% e 74,3%, respectivamente. O

O Brasil irá, em algum tempo, ultrapassar a França para se tornar o maior PIB predominantemente católico do mundo

que se adapta à tese de Weber é o crescimento dos protestantes tradicionais nessa fase de *boom* econômico como nos idos da Revolução Industrial europeia.

A maior economia católica do mundo, a França, passou recentemente por um ataque especulativo na origem da instabilidade financeira recente. O Brasil irá, em algum tempo, ultrapassar a França para se tornar também o maior PIB predominantemente católico do mundo. Agora, para que a renda nas mãos dos católicos suba ao topo, a economia vai ter de andar mais rápido do que a queda do catolicismo no país.

Marcelo Neri — Centro de Políticas Sociais e Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV
(mcneri@fgv.br e www.fgv.br/cps)

O IBRE TEM TODOS OS NÚMEROS QUE SUA EMPRESA PRECISA PARA CRESCER

Além de produzir e divulgar os principais indicadores financeiros do País, o **IBRE** (Instituto Brasileiro de Economia) da Fundação Getulio Vargas disponibiliza acesso ao seu amplo banco de dados, através de licenças de uso, e presta serviços de acordo com a necessidade do seu negócio.

BANCOS DE DADOS ON-LINE

- **FGVDados** – acompanhe o movimento de preços que abrange todos os segmentos do mercado em toda a cadeia produtiva (na forma de Grupos, Subgrupos e Itens).
- **FGV Confiança** – a partir das Sondagens da Indústria e do Consumidor, tenha acesso aos principais indicadores setoriais da atividade econômica brasileira.
- **Monitor da Inflação** – faça simulações e projeções do IPCA a partir das variações de preços ao consumidor coletados diariamente pelo IBRE em sete capitais.

SERVIÇOS PERSONALIZADOS

- **Pesquisas e Gestão de Preços de Referência** – obtenha a média de preços do mercado de determinado produto e tenha condições de avaliar melhor seus custos.
- **Índices de Preços Personalizados** – adquira um índice específico para o seu negócio, elaborado de acordo com sua estrutura de custos.
- **Projeções e Análises Macroeconômicas** – compreenda o cenário macroeconômico prospectivo da economia brasileira e avalie os efeitos sobre a sua empresa.
- **Projeções e Análises Setoriais** – adquira um estudo detalhado e a construção de cenários prospectivos dos principais setores da economia.
- **Custos e Fórmulas Paramétricas** – obtenha o índice mais adequado para reajustar seu(s) contrato(s).
- **Inflação Interna** – acompanhe a evolução dos custos internos de sua empresa frente aos custos de mercado.
- **Retail Metrics** – saiba como seus consumidores reagem às mudanças de preços através de estudos de demanda de seus produtos.

Para obter maiores informações sobre nossos serviços acesse o site **(www.fgv.br/ibre)** ou entre em contato pelo telefone **(21) 3799-6799**

FGV
IBRE

agência3



TURMA 16A

NO MBA A DISTÂNCIA DO FGV ONLINE, TODO LUGAR VIRA UMA SALA DE AULA.

Os MBAs do FGV Online foram desenvolvidos para executivos com pouca flexibilidade de tempo e muita vontade de crescer na carreira. Tudo o que você espera de um curso da FGV está à sua disposição na Internet, 24 horas por dia. Faça FGV Online. Nenhum curso virtual dá tantos resultados reais.

FGV online

www.fgv.br/fgvonline

SIEMENS



Ogilvy

O Brasil do amanhã precisa de respostas sustentáveis.

É por isso que nós estamos construindo essas respostas hoje, junto com nossos clientes.

É por isso que desenvolvemos tecnologias que consomem menos recursos e que vão durar por muito mais tempo. É por isso que ajudamos nossos clientes a reduzir suas emissões de CO_2. E é por isso que buscamos novas respostas para os desafios atuais por meio de um dos maiores portfólios ambientais do mundo.

Como resultado, fomos recentemente nomeados a melhor empresa do nosso setor de negócios pelo Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Também fomos reconhecidos como a melhor empresa pelo Carbon Disclosure Project, o maior banco de dados independente do planeta a respeito de informações corporativas em mudanças climáticas.

No entanto, ainda não temos todas as respostas. É por isso que estamos trabalhando com 190 países, milhares de cidades e dezenas de milhares de empresas. No Brasil, contamos com mais de 10 mil colaboradores, 13 fábricas e 6 centros de pesquisa e desenvolvimento atuando nos setores de energia, indústria e saúde.

Estamos trabalhando juntos, todos os dias, criando as respostas sustentáveis para o mundo de amanhã.

Siemens, respostas para um futuro sustentável.

siemens.com/answers